



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Lucas Silva Romano

**PATHOS, SINGULARIDADE E GRAMÁTICAS DE RECONHECIMENTO
– EFEITOS DE SUJEITO NO AUTISMO**

UBERLÂNDIA

2021

Universidade Federal de Uberlândia - Avenida Maranhão, s/nº, Bairro Jardim Umuarama - 38.408-144 - Uberlândia – MG

+55 – 34 – 3218-2701

pgpsi@fapsi.ufu.br

<http://www.pgpsi.ufu.br>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R759 2021	<p>Romano, Lucas Silva, 1994- Pathos, singularidade e gramáticas de reconhecimento [recurso eletrônico] : efeitos de sujeito no autismo / Lucas Silva Romano. - 2021.</p> <p>Orientador: João Luiz Leitão Paravidini. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Psicologia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.177 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Psicologia. I. Paravidini, João Luiz Leitão, 1961-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em Psicologia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 159.9</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
 Av. Pará, 1720, Bloco 2C, Sala 54 - Bairro Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: +55 (34) 3225 8512 - www.pgpsi.ip.ufu.br - pgpsi@ipsi.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Psicologia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico/ número 363, PGPSI				
Data:	Vinte e cinco de março de dois mil e vinte e um	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento:	11:45
Matrícula do Discente:	11812PSI021				
Nome do Discente:	Lucas Silva Romano				
Título do Trabalho:	Pathos, Singularidade e Gramáticas de Reconhecimento - Efeitos de sujeito no autismo				
Área de concentração:	Psicologia				
Linha de pesquisa:	Psicanálise e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	A constituição do psiquismo e a lógica da ternariedade na formação subjetiva contemporânea				

Reuniu-se de forma remota, via web conferência, junto a Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta: Professores Doutores: Elzilaine Domingues Mendes - UFG; Marina Martins Bialer - SEDES; João Luiz Leitão Paravidini, orientador do candidato. Ressalta-se que todos membros da banca participaram por web conferência, sendo que a Prof.^a Dr.^a Elzilaine Domingues Mendes participou da cidade de Catalão - MG, a Prof.^a Dr.^a Marina Martins Bialer participou desde a cidade de São Paulo - SP, o discente Lucas Silva Romano e Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravini desde a cidade de Uberlândia - MG, em conformidade com a Portaria nº 36, de 19 de março de 2020.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. João Luiz Leitão Paravini apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas

do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por João Luiz Leitão Paravidini, Professor(a) do Magistério Superior, em 25/03/2021, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por marina bialer bialer, Usuário Externo, em 25/03/2021, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Elzilaine Domingues Mendes, Usuário Externo, em 25/03/2021, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2641593 e o código CRC 70B1ED4E.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Lucas Silva Romano

**PATHOS, SINGULARIDADE E GRAMÁTICAS DE RECONHECIMENTO
– EFEITOS DE SUJEITO NO AUTISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

**UBERLÂNDIA
2021**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Lucas Silva Romano

PATHOS, SINGULARIDADE E GRAMÁTICAS DE RECONHECIMENTO – EFEITOS DE SUJEITO NO AUTISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador: João Luiz Leitão Paravidini

Banca Examinadora

Uberlândia, 25 de Março de 2021

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (orientador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Dra. Marina Martins Bialer (Examinadora)
Instituto Sedes Sapientiae – São Paulo, SP

Prof. Dra. Elzilaine Domingues Mendes (Examinadora)
Universidade Federal de Catalão – Catalão, GO

Prof. Dr. Luiz Carlos Avelino da Silva (Examinador suplente)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

**UBERLÂNDIA
2021**

*Dedico este trabalho aos meus pais pela força inspiradora e
apoio incondicional.*

Agradecimentos

Ao meu caro orientador João Luiz, meus mais sinceros agradecimentos. Agradeço, primeiramente, pela abertura com a qual recebeu a proposta deste trabalho. E, em segundo lugar, pela paciência e parceria que ofereceu durante todo o percurso. Sua sagacidade e lucidez me foram imprescindíveis para a constante ressignificação que fui obtendo, no processo, a respeito do meu objeto de estudo e da dimensão do que é viver uma experiência de orientação.

À minha mãe, Aparecida, e ao meu pai, Romano, por sempre me incentivarem e ajudarem a manter acesa a chama do meu entusiasmo e dedicação aos estudos.

À minha irmã, Larissa, pela coragem inspiradora que possui.

À professora Elzilaine, pela parceria durante os anos da graduação e da pós-graduação. Uma pessoa que me inspira muito por sua paciência, gentileza e elegância, sempre muito distintas.

Aos professores com quem tive um contato muito produtivo nos anos de graduação e pós-graduação, que me forneceram ótimos insights e leituras preciosas são eles: Anamaria Neves, Silvia Cintra e Renata Wirthmann.

Aos colegas que compõe nosso grupo de pesquisa, os mais recentes, Bruno, Luiz, Sara, Isabela, Sofia, Leidiane, Jaqueline, Bruna, e também aos que tive a oportunidade de acompanhar um pouco do percurso, Luma, Camila, Roberta e Rita, agradeço pelo cuidado com que, muitas vezes, me ajudaram a avançar em meu percurso.

RESUMO

O estatuto do sofrimento no autismo convoca a uma leitura do singular presente nas mais variadas formas de atravessamento da dor no campo do vivente. Diluída na carga de significações que porta o significante “autismo”, ao ser tomado por um discurso dominante, a dimensão do humano enquanto um ser atravessado pela linguagem, se torna dispensável. É neste contexto que vemos emergir aquilo que resiste ao saber do Outro e que se faz imputado ao vivente – a dimensão do sujeito como um puro efeito de linguagem. Mas, como falar de sujeito do inconsciente em um âmbito cuja característica essencial parece ser a não alienação ao campo do Outro? Há sujeito no autismo? São estas as questões que orientam a investigação desta pesquisa. A partir de uma crítica ao modo com que os fenômenos no autismo vêm sendo historicamente apreendidos, realizou-se uma pesquisa teórico/bibliográfica em psicanálise, fazendo o uso do método psicanalítico da escuta, análise e interpretação do material de trabalho. O objetivo geral foi investigar a questão da existência do sujeito no autismo, impulsionada pelo viés político desta proposição. Pela via da dimensão do sofrimento, buscou-se sustentar a tese da existência do sujeito como um efeito que se constituiria por meio de um trabalho árduo e constante no autismo, operado de modo demasiadamente singular e desafiador para sua concepção tradicional: a lógica constitutiva do sujeito não se contemplaria em sua inteireza, mas a hipótese de seu nascimento e constituição, ainda assim, não deixariam de ser sustentáveis, podendo serem remetidas a um estágio que vai do real a formas possíveis de alienação ao discurso do Outro.

Palavras-chave: Autismo; sujeito; sofrimento; constituição; linguagem.

Abstract

The status of suffering in autism calls for a reading of the singular present in the most varied ways of crossing pain in the field of the living. Diluted in the load of meanings that bear the signifier “autism”, when taken by a dominant discourse, the dimension of the human as a being traversed by language, becomes dispensable. It is in this context that we see emerging what resists to the knowledge of the Other and which is imputed to the living being – the dimension of the subject as a pure effect of language. But, how to speak of the subject of the unconscious in a context whose essential characteristic seems to be non-alienation to the Other’s field? Is there a subject in autism? These are the questions that guide the investigation of this research. Based on a critique of the way in which the phenomena in autism have been historically apprehended, a theoretical/bibliographic research in psychoanalysis was carried out, using the psychoanalytical method of listening, analysing and interpreting the work material. The general objective was to investigate the question of the subject’s existence in autism, driven by the political bias of this proposition. Through the dimension of suffering, we sought to support the thesis of the subject’s existence as an effect that would be constituted through hard and constant work in autism, operated in a way that is too unique and challenging for its traditional conception: the subject’s constitutive logic would not be contemplated in its entirety, but the hypothesis of its birth and constitution would still be sustainable, being able to be sent to a stage that goes from the real to possible forms of alienation to the Other’s discourse.

Keywords: Autism; subject; suffering; constitution; language.

SUMÁRIO

	página
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – Algumas pontuações sobre a consideração do sujeito como uma questão política.....	22
CAPÍTULO 2 – A inconsistência do Outro como via de acesso ao sujeito	31
2.1. Um lugar no discurso em função da ausência.....	35
2.2. De um lugar vazado no discurso às possibilidades de leitura do sujeito.....	42
2.2.1. Operando sob uma lógica diferente	43
CAPÍTULO 3 – Gramáticas de reconhecimento e a metapsicologia do sujeito	57
3.1. Do real da angústia à possibilidade de inscrição no laço social.....	60
3.1.2. ($S_1 \rightarrow \$... (S_2?)$) Existe lógica nesta leitura?.....	63
3.1.2.3. Do sofrimento do sujeito ao <i>savoir-faire</i> de suas invenções.....	68
3.2. Uma psicanálise orientada para o real.....	75
CAPÍTULO 4 – Afinal, (d)o que se trata no autismo?.....	79
4.1. Do imaginário do significado ao sujeito do inconsciente.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

O que é um autista? É alguém que tem autismo? E o que é autismo? Algo que se possui, algo que se impõe? Uma série de características que definem um quadro de dificuldades variáveis no interior da dimensão de um espectro? De onde vem o autismo?

Temos ouvido, há algum tempo, que autismo diz respeito a problemas de sociabilidade, de linguagem e de desenvolvimento... diz respeito a uma série de comportamentos incapacitantes e de outros sem sentido, identificáveis por seu caráter estereotípico... diz respeito a causas indefinidas, podendo estar relacionadas a questões propriamente orgânicas, neurológicas e ambientais... ouvimos dizer que autismo pode ser identificado muito cedo em crianças com determinados indicadores de atraso no desenvolvimento da linguagem associados a dificuldades interativas e déficits intelectuais... que pode ser identificado numa incongruente reciprocidade afetiva em bebês... ou pode ser, ainda, identificado mais tarde, perto da adolescência, como uma forma mais branda da condição. Temos ouvido dizer, também, que diz respeito a problemas que devem ser tratados de formas específicas.

Estes são alguns índices evocados com facilidade quando pensamos na palavra autismo.

Pensar em autismos¹ e pessoas autistas nos conduz por um movimento associativo em que não será difícil evocarmos as informações conceituais que temos a respeito da condição patológica veiculada por este significante, diretamente ao que construímos em termos de representações. Todavia, um impasse que se coloca em evidência neste processo é que as representações que por vezes construímos sobre isso, dizem respeito ao *índice patológico* que caracteriza o autismo, não necessariamente *ao que se passa* com uma pessoa dita autista.

¹ Usaremos o termo no plural para nos referirmos às várias condições identificadas e descritas em torno da noção de “espectro do autismo”, e usaremos o termo no singular para nos referirmos a esta condição específica de afetação que experiencia uma pessoa dita autista.

Quando reconhecido seu *handcap*, aquela se torna uma criança autista, um jovem autista, um adulto autista. Uma pessoa que tem autismo. A representação classificatória que se possui sobre estes termos faz circular uma série de informações que dizem do *padecimento da pessoa*, mas que colocam em escanteio a *pessoa padecida*. É o que podemos observar no relato de Arthur Fleischmann, pai de uma criança autista – Carly – que publicou um livro sobre sua filha:

‘Carly tem autismo’. Essas três palavras curtas deveriam bastar para explicar um calhamaço de comportamentos estranhos e limitações. Era uma abreviatura para Carly-é-diferente-ela-age-de-manieras-bizarras-ela-ama-tirar-suas-roupas-especialmente-se-o-que-está-vestindo-tem-uma-mancha-de-água-sobre-ela-ela-gosta-de-movimentos-repetitivos-como-aquele-da-cadeira-de-balanço-ela-não-fala. Nós não sabíamos o que Carly conhecia ou o que era capaz de conhecer. Ela fazia movimentos e sons bizarros e cobria os ouvidos quando estava barulhento. Ela chorava frequentemente. E nunca, nunca parava de se mover. Nunca (Bialer, 2017, p.95).

Falar em autismos é, assim, muitas vezes, positivar uma série de negações: incapacidade de integrar os sentidos, dificuldade em desenvolver a fala, dificuldade em se relacionar, em estar com o Outro. Mas não só isto. Designar como autismo o que acontece com uma pessoa é, muitas vezes, dar um nome reconfortante ao real de uma série de fenômenos incompreensíveis, como colocou Fleischmann em seu relato. Mas este nome, por mais carregado de sentidos, conotações e descrições possíveis, é tão somente uma leitura do que se passa.

Ocorre que é deste mesmo “calhamaço de comportamentos estranhos e limitações” canalizadas em um único significante que se constitui a positividade do chamado “autismo” enquanto uma patologia: o real dos comportamentos é transposto para um índice descritivo, numa linguagem padronizada, que, ao expor o que é frequente nestes casos, se supõe como um modo legítimo de se buscar apreender e tratar o fenômeno. Todavia, o que se coloca em evidência neste âmbito é o impasse criado ao tomar o significante “autismo” como aquilo que resume o que é uma pessoa dita autista.

McGuire (2016), neste sentido, ao adotar uma perspectiva crítica diante dos modos de apreender pessoas autistas em função do índice patológico que descreve a condição, faz uma análise do que identifica como “uma lógica cultural de violência em torno da condição autística” (McGuire, 2016). Inicialmente, McGuire (2016) se pergunta:

Como as versões dominantes do autismo que o caracterizam como uma *condição da vida humana* ao invés de *a condição de um humano vivo* – alguma coisa e não alguém – permitem e até mesmo catalisam uma falha cultural coletiva em reconhecer a violência contra pessoas autistas como um problema sócio-cultural significativo e premente? Como as compreensões culturalmente dominantes do autismo como algo patológico e, conseqüentemente, algo para ser contra, criam as condições de possibilidades que tornam algumas vidas mais vulneráveis à morte e outras formas (normativas) de violência? (McGuire, 2016, p.93, grifos e tradução nossa)².

Para McGuire (2016), esta lógica cultural gira em torno de um sistema discursivo vigente que funciona para separar o autismo e a pessoa que o vive, por meio do que ela chama de sistema “léxico pessoa-primeiro”. Este sistema, na concepção da autora, é conduzido pela forma como se articula *vida* e *autismo* na fraseologia comumente utilizada “vivendo com autismo” (Living with autism). De modo que, quando confrontados com esta frase podemos razoavelmente ou literalmente entendê-la como referência a uma vida individual “com” autismo.

Exemplos disso, prossegue McGuire (2016), se encontram em diversos lugares, desde artigos de jornais (Um artigo da *Daily Press*: “*Living with autism disconnects kids from the world*” – “*Viver com autismo desconecta crianças do mundo*”) e estudos científicos (Um estudo da Easter Seals de 2008, “*Living with autism*” – “*Vivendo com autismo*”), a apelos de celebridades (Um episódio de talk show: “*Living with autism*” – “*Vivendo com autismo*” [Oprah Winfrey, 2007]).

² Original: How do dominant versions of autism that characterise it as a condition of human life instead of a lived human condition – a some ‘thing’ and not a someone – allow for and even catalyse a collective cultural failure to recognise violence against autistic people as a significant and pressing socio-cultural problem? How are dominant cultural understandings of autism as some ‘thing’ pathological and so, as some ‘thing’ to be ‘against’, creating the conditions of possibility that render some lives more vulnerable to murder and other forms of (normative) violence?

Trazendo esta noção (vida com autismo) para o contexto da psicanálise lacaniana, temos a função do significante como representante do sujeito no interior do discurso. Neste sentido, e de forma mais complexa, é possível acompanhar, na contemporaneidade, o modo como diversos autores, ao abordarem um fenômeno específico relacionado a pessoas autistas, fazem produzir um efeito de cisão entre a vida (a existência de uma pessoa autista) e aquilo que ameaça a vida (sua própria condição autística), de forma que o significante passa operar não em condição de representação de um sujeito, mas de silenciamento e mortificação de sua existência. Vejamos como isto se apresenta.

De acordo com Veenstra-VanderWeele (2018), há cerca de cinco anos uma quantidade significativa de estudos passou a abordar o problema das altas taxas de suicídio entre a comunidade de pessoas autistas adultas. Muitos destes estudos (Cassidy, Bradley, Robinson, Allison, McHugh & Baron-Cohen, 2014; Segers & Rawana, 2014; Cassidy & Rodgers 2017; Hull, Petrides, Allison, Smith, Baron-Cohen, Lai & Mandy, 2017; Zahid & Upthegrove, 2017; Cassidy, Bradley, Shaw & Baron-Cohen, 2018; Camm-Crosbie, Bradley, Shaw, Baron-Cohen & Cassidy, 2018; Hedley & Uljarević, 2018) investigam principalmente questões associadas a adultos diagnosticados com a Síndrome de Asperger e sua relação com as ocorrências de suicídio.

A Síndrome de Asperger é compreendida desde a quarta edição do DSM (1995) como uma forma de autismo, e tem sido frequentemente associada a pessoas autistas sem déficit intelectual que, não raro, apresentam habilidades excepcionais. Entretanto, como destacam Camm-Crosbie et al. (2018), em virtude de suas dificuldades de interação social, estas pessoas podem experimentar exclusão, alto risco de ocorrer simultaneamente problemas de saúde mental, problemas de auto - lesão e, principalmente, problemas de ideação suicida, bem como morte por suicídio, propriamente dita.

Ao explorarem as experiências de pessoas autistas adultas em relação a tratamento e apoio para problemas de saúde mental e suicídio no Reino Unido, Camm-Crosbie et al. (2018) identificaram que os participantes do estudo se sentem excluídos dos serviços de saúde mental por um número de razões. Primeiramente, os participantes descreveram uma ausência na disponibilidade de serviços de saúde mental para autistas adultos sem “déficit intelectual” (intellectual disability). Em segundo lugar, pressuposições foram feitas sobre estas pessoas terem “alto-funcionamento” e serem percebidas como quem estavam lidando bem com suas dificuldades, quando, na verdade, estavam lutando com elas. Em terceiro lugar, longas listas de espera e falta de financiamento para apoio ou tratamento foram descritas, mesmo para pessoas autistas experienciando ideias suicidas.

Para Camm-Crosbie et al. (2018), estes achados são consistentes com pesquisas anteriores e relatos clínicos em relação à *falta de especialização em autismo* no que diz respeito à saúde mental e ambientes psiquiátricos. Nota-se, entretanto, como os problemas de saúde mental e o suicídio são contextualizados em relação à condição autística destes adultos, como algo para o qual é necessário especialidade em conhecimento sobre o que se passa no autismo.

Camm-Crosbie et al. (2018) mencionam, também, um estudo sobre o uso da linguagem em referência ao autismo, por meio da perspectiva da comunidade autística do Reino Unido. Este estudo (Kenny, Hattersley, Mollins, Buckley, Povey & Pellicano, 2016) identificou que os termos “alto-funcionamento” podem subestimar os problemas que uma pessoa autista enfrenta diariamente. Antes disso, Bowker, D’Angelo, Hicks & Wells (2011) já haviam identificado que pessoas com a Síndrome de Asperger são menos prováveis a receber tratamento, comparadas a outros subtipos de autismo, devido a uma obviedade menor em relação aos seus sintomas ou, ainda, em função de suas altas habilidades cognitivas e intelectuais (Camm-Crosbie et al. 2018).

A carga de antecipação operada pelos significantes relacionados à descrição da condição autística destes adultos, mesmo quando não expressam uma qualidade deficitária ou, de outra forma, extraordinária, produz efeitos, e Camm-Crosbie et al. (2018) colocam em evidência um deles. Para os autores, esta “menor probabilidade” em receber tratamento é particularmente preocupante, na medida em que 66% dos adultos recentemente diagnosticados com a Síndrome de Asperger experienciaram ideação suicida, comparados à prevalência de 16,7% na população geral da Inglaterra, como demonstraram Cassidy et al. (2014). Não obstante, conforme Hedley & Uljarević (2018),

(...) Atualmente não está claro até que ponto os fatores de risco para o suicídio na população geral são generalizáveis para pessoas com autismo. Muitos destes fatores que afetam a população geral (abuso de substâncias, condições de saúde mental e física) são predominantes em pessoas com autismo (Hedley & Uljarević, 2018, p.2, tradução nossa)³.

É neste contexto que observamos como a lógica do modelo de doença, referido a uma normalidade suposta, abrange a apreensão dita científica⁴ do sofrimento em pessoas autistas, de modo a reduzi-lo ao seu índice patológico. Cabe, neste ponto, resgatar um aspecto fundamental do trabalho inaugural de Leo Kanner, em 1943, em que o autismo é, pela primeira vez, apresentado e descrito como uma nova entidade nosográfica.

Em seu relato inaugural (*Autistic Disturbances of Affective Contact*, 1943), o psiquiatra austríaco Leo Kanner, a partir do acompanhamento de onze crianças, durante cinco anos no hospital psiquiátrico da Johns Hopkins University, nos Estados Unidos, publica um trabalho original, relatando uma série de características incomuns e ao mesmo tempo semelhantes entre si, as quais se assemelham, ainda, ao quadro das psicoses infantis. No entanto, ao longo do

³ Original: It is currently not clear to what extent the risk factors derived from the general population are generalized to people with ASD. Many of the factors affecting non-ASD populations (e.g., substance abuse, mental and physical health issues) are prevalent in ASD and seem to increase risk in this population.

⁴ Referindo-se à abordagem da psicologia cognitivo-comportamental. Juntamente com as abordagens da psiquiatria organicista e das neurociências do comportamento, a psicologia cognitivo-comportamental é uma das abordagens que se apresentam como dominantes na apreensão dita “científica” dos fenômenos relacionados ao autismo, incluindo o tema do suicídio nos estudos que selecionamos. Assim, sempre que utilizarmos o termo “ciência” ou “científico”, neste trabalho - exceto em sinalizadas exceções - este fará referência ao modo de funcionamento presente nestas abordagens, em particular.

estudo, o autor vai buscando estabelecer diferenças importantes que passam a individualizar o que nomeia como “autismo” enquanto uma *síndrome única*:

(...) Mas mesmo uma revisão rápida do material faz com que o surgimento de uma série de características comuns essenciais pareça inevitável. Essas características derivam de uma “síndrome” única, até então não relatada, que parece bastante rara, mas provavelmente é mais frequente do que indica a escassez de casos observados. É bem possível que algumas dessas crianças tenham sido vistas como débeis mentais ou esquizofrênicas (Kanner, 1943, p.242, tradução nossa)⁵.

Parece-nos essencial resgatar este aspecto do relato inaugural de Kanner (1943) que, naquele momento apreendeu o autismo como uma *síndrome*, isto é, um conjunto de sinais e sintomas observados em processos patológicos diferentes, que não possuem uma causa específica identificada. A importância deste ponto vai ao encontro da leitura que Runswick-Cole e Timimi (2016) empregam ao analisar o modelo biomédico de apreensão do autismo no contemporâneo:

O que a maioria do atuais chamados “especialistas” no campo do “autismo” relutam em reconhecer tanto para os acadêmicos quanto para o público em geral é que não importa a área de pesquisa que se escolha, seja genética, neuroimagem, triagem, intervenções, resultados e assim por diante, quanto mais estudos são publicados, mais longe parecemos estar do objetivo de encontrar um marcador biológico ou alguma outra forma de “controle” sobre a questão do que “é” o autismo. (...) Essas falhas recorrentes de qualquer progresso visível nas tentativas acadêmicas de descobrir o que “é” o autismo servem para obscurecer uma possibilidade mais simples e mais provável – a de que a razão pela qual a ciência não está descobrindo o que é o autismo é porque ele não existe em um nível biológico. Se, como parece provável, este for o caso, então o autismo só pode ser entendido examinando-o como um fenômeno sócio/culturalmente produzido (Runswick-Cole & Timimi, 2016, p.9, tradução nossa)⁶

⁵ Original: (...) But even a quick review of the material makes the emergence of a number of essential common characteristics appear inevitable. These characteristics from a unique “syndrome” not heretofore reported, wich seems to be rare enough, yet is probably more frequent than is indicated by the paucity of observed cases. It is quite possible that some such children have been viewed as feebleminded or schizophrenic.

⁶ Original: What most of the current so-called ‘experts’ in the field of ‘autism’ have been reluctant to acknowledge to both academics and the general public is that no matter what area of their reseach one chooses, whether it is genetics, neuroimaging, screening, interventions, outcomes and so on, the more studies are published the further away we seem to be from the goal of finding a biological marker or some other ‘handle’ on what autism ‘is’. (...) These recurrent failures of any visible progress in academic attempts at discovering what autism ‘is’ serve to obscure a simpler and more likely possibility – that the reason science is not uncovering what autism is, is because it doesn’t exist at the biological level. If, as seems likely, this is the case, then autism can only be understood through examining ‘it’ as a socially/culturally produced phenomenon.

Se, por um lado, a etiologia do autismo não é um ponto consensual no campo da ciência, por outro lado, a noção de síndrome que conferia um estatuto enigmático aos fenômenos no autismo parece ter, progressivamente, perdido lugar para uma concepção sumária de transtorno mental que, em seguida, foi sendo deslocada para o campo das deficiências, como aponta Barroso (2020):

(...) Um fato marcante é que o DSM-IV, juntamente com a classificação da OMS (CID-10), promoveu progressivamente o deslocamento do autismo do campo psicopatológico para o campo do neurodesenvolvimento. Isso repercutiu na migração da abordagem clínica do autismo, que teve início com Kanner, para uma abordagem predominantemente educacional. Consequentemente se afirmaram tendências a tratar o autismo como assunto exclusivo das deficiências de aprendizagem, reduzindo-o ao problema de uma consciência cognitiva deficitária, desconhecendo sua lógica e sua dinâmica (Barroso, 2020, pp.220-221).

A legitimidade enigmática dos fenômenos no autismo, homóloga à posição que se atribui ao sujeito, foi se perdendo em meio ao processo de redução de suas características a fatores com os quais o discurso da ciência pode operar. A lógica do modelo de doença sob um corpo, que passa a ser tomado em função disto, é o que a ganha destaque na materialidade do fenômeno em si, configurada naquilo que é passível de ser observado objetivamente. Trata-se, em essência, de uma leitura que exclui o sujeito, isto é, a leitura de um corpo que opera sem sujeito, guiando a abordagem dos problemas que constituem a existência do vivente designado de autista.

É o que o delineamento dos estudos mencionados faz parecer: há algo de específico que se espera encontrar próprio ao autismo no que diz respeito ao problema do suicídio entre esta comunidade. Algo próprio ao autismo, não ao humano. Entretanto, torna-se no mínimo curioso, partindo da observação de Veenstra-Vander Weele (2018), que todos estes autores apontem para a escassez de estudos envolvendo o tema do suicídio e pessoas autistas, quando o comportamento auto lesivo já vinha sendo um foco de interesse nesta área. Assim, encontramos não somente o tema do suicídio como algo escasso no âmbito do autismo, mas,

também, questões que fogem daquilo que o significante alcança em seu poder preditivo ou explicativo.

Camm-Crosbie et al. (2018), por exemplo, afirmam que adultos diagnosticados em condições do espectro autista (Autism Spectrum Conditions), estão em alto risco de ocorrer simultaneamente problemas de saúde mental, bem como alto risco de auto - lesão não suicida, e suicídio. Porém, de acordo com os autores, saúde mental, auto - lesão e suicídio *em autismo* são pouco compreendidos e pesquisados. Cassidy et al. (2018) afirmam que, além de pouco compreendidos, há uma escassez de pesquisas explorando a razão de adultos em condições do espectro autista incorrerem em alto risco de ideações suicidas e morrerem por suicídio.

No mesmo sentido, Cassidy & Rodgers (2017) apontam que um pequeno corpo de pesquisas demonstra preocupantemente as altas taxas de suicídio entre a comunidade de pessoas autistas adultas, e que, além disso, um estudo em larga escala de populações já demonstrou que o suicídio é a principal causa de morte prematura em pessoas com autismo. Entretanto, Cassidy & Rodgers (2017) também afirmam que o suicídio em *peessoas com autismo* permanece pouco compreendido e pouco pesquisado.

Segers & Rawana (2014), em um estudo sistemático da literatura envolvendo o tema do suicídio e da ideação suicida em autismo, concluem afirmando que pesquisas adicionais são necessárias para compreender melhor como esta *população única* (unique population) experiencia e expressa tendências suicidas.

Todos estes autores parecem determinados a investigar, identificar e compreender qual a *relação* entre *suicídio*, *problemas de saúde mental*, *auto - lesão* e *autismo* em virtude dos altos índices de mortes que têm ilustrado gráficos recentes sobre o tema. Porém, o que se observa, fundamentalmente, é um interesse pragmático pela possível relação entre os danos

quantitativos e qualitativos causados pelo *índice patológico* do autismo e sua incidência direta no problema das altas taxas de mortes prematuras entre a comunidade de pessoas autistas.

É diante deste cenário de abordagem do fenômeno em questão, que se configurou o contexto geral de onde a presente pesquisa surgiu. A perspectiva crítica dos modos de apreensão de pessoas autistas em função do índice patológico que caracteriza a condição, orientou a verticalização de um tema específico em nossa pesquisa, nos conduzindo à busca do que parece vir sendo historicamente anulado: *a existência do sujeito no autismo*. Isto é, o problema do suicídio, entre a comunidade de pessoas autistas, nos levou a supor que o esforço científico em anular qualquer traço de subjetividade de seu campo de estudo parece ter eliminado a noção de *sofrimento psíquico* da condição autística, para dar lugar às consequências de um índice patológico que determina a quantidade e a qualidade dos danos que causam.

Foi desta perspectiva que pudemos formular que a *anulação do sujeito* retorna de forma drástica não só no problema da autodestruição, mas também nos modos como se acolhe, apreende e se confere um lugar ao sujeito autista no laço social. Uma vez que, com esta anulação *são, também, rechaçados a possibilidade da afetação, do sofrimento psíquico e sua consequente necessidade de acolhimento e escuta*.

Por sua vez, a modalidade de sofrimento anulada nos remete à experiência do *pathos*, o mal-estar que é intrínseco à existência humana, e que não deixa de se inscrever em detrimento de um quadro patológico. Isto é, mesmo na condição de atravessamento da existência do ser, ele se encontra do lado do *sujeito* que, como efeito de articulação simbólica, experiencia a afetação e singulariza *o seu próprio modo* de sofrer. É este tipo de sofrimento, *o sofrimento de um modo de vida*, com sua própria gramática de reconhecimento, que parece ser essencialmente descartado no que diz respeito a pessoas autistas.

Entretanto, um olhar mais aprofundado no encaminhamento e elaboração desta primeira hipótese (a forclusão da existência subjetiva no autismo) frente à localização do que se opera discursivamente (uma lógica cultural de violência contra pessoas autistas), fez surgir uma segunda face do mesmo problema. Se por um lado é possível discriminar os efeitos deletérios da forclusão de existência subjetiva no autismo (como é possível notar na abordagem do problema do suicídio, que coloca em evidência a lógica apreensiva do autista como habitante de um corpo sem sujeito), por outro lado uma questão que se impõe no sentido epistêmico do contexto psicanalítico - sendo ela a que percorreremos neste trabalho - é: há sujeito do inconsciente no autismo?

Tradicionalmente concebida como efeito contingencial do que se estabelece nos termos de uma “relação com o Outro”, a noção de sujeito nos remete aos modos pelos quais se dá a constituição do falante. Ocorre que, o autismo, como uma dificuldade intrínseca em estabelecer relações com o Outro, que coloca em jogo a própria constituição da fala, a partir desta concepção, não colocaria em evidência aquilo que supõe uma estrutura, isto é, o sujeito. As operações de linguagem nos casos de autismo típico, por exemplo, podem depor a favor de uma forte ausência de sujeito, se tomado a partir de sua concepção tradicional no campo da Psicanálise.

Porém, articulando nossa hipótese inicial (forclusão da existência subjetiva no autismo) ao fenômeno dos altos índices de mortes prematuras por suicídio entre a comunidade de pessoas autistas adultas, bem como, substancialmente, à suposição de uma lógica por trás das principais características que definem o autismo como um transtorno psiquiátrico (o mutismo, a dificuldade no estabelecimento da relação com o Outro, as crises, a relação rígida e estereotipada com certos objetos) pudemos supor *que há nestes elementos um atravessamento daquilo que falta, daquilo que excede e daquilo que angustia, colocando em evidência –*

concomitante ao enigma de sua realidade - as marcas daquilo que se abortou do discurso e foi encoberto sob a insígnia do “autismo”: um sujeito.

Ou seja, nosso impasse central girou em torno da retomada da dimensão subjetiva no autismo, *pela via do sofrimento*, e pôde ser formulado do seguinte modo: como sustentar a hipótese de que o que se opera em cada autista é o seu modo de viver e de sofrer conduzidos por uma forma de compor com o Outro uma relação singular, e que este é um fenômeno que precisa ser levado em consideração com urgência? Para nós, um modo de trabalhar esta questão foi pensar a constituição de sujeito no contexto do autismo, nos orientando pela busca de elementos que indicassem as formulações de sujeito no autismo.

Como é possível notar, a própria forma como encaminhamos nossa questão central abrigou, de modo subjacente, a grande hipótese de saída com a qual trabalhamos - isto é, a de que é possível e necessário considerar a existência do sujeito no autismo. Julgamos ser possível sustentar esta hipótese em um trabalho que buscasse pensar *o que é um sujeito* ou *a leitura que se faz de sujeito do inconsciente* dada uma dimensão de existência *cujo estatuto parece não passar pela teoria da defesa primária* que apresenta a neurose, a psicose e a perversão como modos de resolução de um conflito inaugural que lhe produz como um efeito.

Desta forma, o objetivo geral que orientou a condução desta pesquisa foi pensar com a Psicanálise, a partir da aposta mais elementar e essencial de sua atuação – a aposta do sujeito - formas de fazer frente à lógica cultural histórica de violência que se opera contra pessoas classificadas sob o código de uma condição patológica, como o autismo. Pois, em função disto, o que se observa é que elas passam a ter seu sofrimento homogeneizado e diminuído em busca de uma qualidade de bem-estar que lhes são impostas como ideal – o “bem-estar” que se reflete no comportamento comum ou, via de regra, no que é considerado normal.

Para isto, foi realizada uma pesquisa teórico-bibliográfica, que teve seu material de trabalho construído e analisado por meio do caminho metodológico que nos pareceu mais apropriado para a investigação do fenômeno: o método psicanalítico, com o uso da estratégia clínico-interpretativa, tal como descrito por Dockhorn e Macedo (2015):

a pesquisa com o método psicanalítico atribui valor à produção de conhecimento oriundo da escuta singular da subjetividade, sendo imprescindível o conhecimento construído não a fim de generalizações, mas, sim, no sentido do aprofundamento e da problematização da questão ou problema de pesquisa. Logo, a especificidade do método psicanalítico sustenta-se na possibilidade de interpretação do que é desvelado do fenômeno que se estuda (Dockhorn e Macedo, 2015, p. 530).

Nestes termos, a partir da identificação da dificuldade de acolhimento do sofrimento em pessoas autistas, e do que parece ser um processo de silenciamento histórico do sujeito, iniciamos nosso percurso buscando construir uma narrativa que sustentasse a necessidade de retorno a esta dimensão. Este primeiro momento está representado no capítulo 1, em que buscamos sustentar a necessidade de se buscar o sujeito no autismo como uma questão que possui desdobramentos políticos.

Em um segundo momento, trouxemos para a discussão os elementos que permitem pensar a dimensão do sujeito do inconsciente, bem como sua constituição e sustentação no contexto do autismo. Partimos da crítica formulada em torno do que o discurso da ciência diz sobre os autistas, para percorrer com Lacan (1968-1969/2008) a sua tese de que o lugar da verdade do sujeito não está contido no Outro, uma vez que nele há uma inconsistência estrutural que impossibilita um discurso fechado sobre o sujeito e, conseqüentemente, impossibilita dizer a verdade do sujeito.

Em um terceiro momento buscamos reunir, por meio de publicações de autistas que conseguem precisar seus modos de funcionar, pistas sobre como o autismo depõe a favor de uma condição que possui sua própria gramática de reconhecimento e legitimidade. Fizemos o uso de vinhetas teóricas, clínicas e autobiográficas (autobiografias de pessoas autistas), para

que pudéssemos dar consistência e ilustração às narrativas que produzimos. Representado no capítulo 3, o aspecto central trabalhado nesta parte da pesquisa foi a questão da angústia, como o afeto fundamental que move o trabalho do sujeito no autismo.

O último capítulo da pesquisa, o capítulo 4, é caracterizado por uma retomada dos principais pontos abordados em todo o trabalho. Eles foram articulados de forma a elencar aquilo que se depurou de nossa investigação, bem como os efeitos que se produziram ao colocar nossa questão fundamental a trabalho. Buscamos operar em duas frentes de análise, tentando refletir sobre 1) “do que se trata no autismo”, a partir da concepção que adotamos sobre a posição do sujeito diante de sua condição, e 2) “o que há para ser tratado no autismo” em uma dimensão clínico terapêutica.

Na sequência, apresentamos nossas considerações finais, uma síntese narrativa a respeito do lugar a que nosso percurso investigativo parece ter nos conduzido. Algumas de nossas principais proposições são retomadas e apresentadas em função de suas complexidades e do papel que exerceram em nossa orientação teórica. A complexidade de tais proposições, vale destacar, parecem se colocar a altura do enigma que representa a legitimidade dos fenômenos no autismo, quando tomadas no campo da leitura dos fenômenos de sujeito. O que, por sua vez, inaugura possibilidades férteis e potenciais para continuidade em trabalhos futuros.

CAPÍTULO 1

Algumas pontuações sobre a consideração do sujeito como uma questão política

São muitas as formas por meio das quais a dor do viver humano se faz expressar. A patologia em si é uma delas, na medida em que podemos tomá-la como um estatuto de afetação, uma dimensão subjetiva de dor. Patologia é um termo criado a partir do radical *pathos*, aquilo que remete a uma dimensão específica de sofrimento. Faz-se necessário, pois, que retomemos o sentido fundamental deste tremo – patologia – uma vez que é em seu escopo que observamos a localização do autismo no interior de sua apreensão pelo discurso da ciência.

Francisco Martins (1999), em um estudo que busca recuperar o sentido etimológico do termo *pathos*, bem como o caminho percorrido pelas concepções e práticas em que ele é empregado, identifica que o termo foi transformado em um radical que, quando presente, envia quase que diretamente a uma concepção de doença em sua forma médica atual. Entretanto, como o autor demonstra ao longo do trabalho, o conceito de *pathos* traz consigo possibilidades e problemas mais amplos que o sentido de doença, não fazendo parte de somente um campo de estudos como a palavra “patologia” indica.

Aliás, Martins (1999) busca em Martin Heidegger, filósofo alemão que trabalhou em profundidade o conceito de *pathos*, os sentidos essenciais do termo que, eventualmente, se dispersaram e naufragaram com o uso corrente adaptado a regionalismos de áreas de conhecimento que o adotam. Deste modo, conforme o autor

Investigando-se com mais cuidado percebe-se que se trata de uma dimensão essencial humana. O *pathos* seria compreendido como uma disposição (*Stimmung*) originária do sujeito que está na base do que é próprio do humano. Assim, o *pathos* atravessa toda e qualquer dimensão humana, permeando todo o universo do ser (Martins, 1999, p.66).

Martins (1999), enfatiza, ainda, que as ideias de sentimento, afecção, sofrimento, mal, nada ou pouco se encontram ligadas ao conceito originário de *pathos*. Conforme o autor,

“Heidegger indica que *pathos* remonta a *páskhein*, sofrer, aguentar, suportar, tolerar, deixar-se levar por, deixar-se convocar por” (Martins, 1999, p.68). Porém, estes fenômenos estariam antes ligados a uma *dis-posição* (*Stimmung*) que antecede o conhecer e o querer, de modo que retomar o conceito de *pathos* significa, em seu sentido mais nobre e rigoroso, “visualizar o *pathos* como pertencente à essência da própria descoberta e continuada investigação do que é o Homem, das leis que o regem e das suas formas autênticas” (Martins, 1999, p.68).

Nesta direção, nos perguntamos o que é, então, o sofrimento, senão aquilo que afeta o vivente e se faz sentir de modo singular, muitas vezes não nomeável? Mais, ainda, por quê é que esta conotação afetiva que marca, essencialmente, o traço etimológico do termo *pathos* parece se perder ou não ser tomada em seu sentido primordial quando pensada no âmbito do autismo?

Se tomarmos o discurso da ciência como principal campo de interlocução neste contexto, será necessário demarcar o reconhecimento de seu modo de operar, necessário à apreensão daquilo que se faz seu objeto. No entanto, é de um processo específico de investigação dos fenômenos no autismo – processo este que anula a existência do sujeito - que vemos emergir algo que resiste ao saber do Outro e que, ao resistir, denuncia.

Falar de sujeito no autismo é, assim, promover um endereçamento do sofrimento rechaçado, e que se faz localizado na própria condição de existência do vivente, retomando, de modo inexorável, a situação intrínseca do desamparo fundamental a que está submetido.

Um dos pontos mais importantes da leitura dos fenômenos de sujeito, com a qual opera a psicanálise, é enfatizado por Vilanova e Vieira (2014) na noção de que “o sujeito que opera o discurso é o sujeito advindo como efeito do discurso da ciência, cujo efeito de literalização da natureza o promove como elemento foracluído de sua operação” (Vilanova e Vieira, 2014, p.91). Esta é uma assertiva discutida em toda sua extensão no trabalho dos autores, e que nos interessa destacar pelo ponto fundamental, articulado na discussão, referente à concepção do

sujeito como um elemento que encarna o vazio produzido pelo efeito da literalização do mundo.

Ao encontro deste ponto, temos as proposições de Elia (2012), que empreende uma avaliação crítica do que está em jogo na tomada do autismo por um discurso reducionista. Ao identificar o problema da dominância do discurso da ciência em sua tentativa de eliminar a positividade do autismo como uma posição subjetiva, Elia (2012) afirma que a psicanálise está presente e decidida na tomada do autismo como uma questão clínica e teórica marcada pela crucialidade. Para o autor, tanto a psicanálise quanto a ciência se perfilam na linha de frente deste embate, em que ambas entretêm com a cientificidade relações igualmente diversas.

Um ponto central da crítica de Elia (2012), e que nos interessa destacar aqui, diz respeito ao processo de redução da perspectiva científica ao que ele nomeia de “aprisionamento miserável do objeto a uma só categoria de realidade” (ELIA, 2012, p.60). A chamada “perspectiva científica” refere-se ao modo com o qual o campo da ciência, na abordagem de fenômenos como o autismo, opera no sentido de degradar seu objeto de estudo para que o método “dito científico” seja mantido. Em suas palavras:

Para a psicologia cognitivo-comportamental, qualquer investigação ou tratamento de fenômenos como o autismo implicará a sua redução a padrões comportamentais em interação com fatores biológicos, ainda que estes permaneçam na mais completa e vaga imprecisão. Por não distinguir adequadamente objeto e método, a psicologia comportamental se vê na injunção de degradar o objeto para manter o seu método que, para ser tido como “científico”, deve “objetivar” o sujeito e reduzi-lo a repertórios comportamentais manipuláveis por modelagem experimental (Elia, 2012, p.58).

Todavia, o enigma do autismo, estampado na falha do campo da ciência em tentar produzir um saber que seja aplicável a todos os casos que passam a ser abordados em função deste significante – autismo, autista – coloca em evidência o impasse que surge da anulação daquilo mesmo que faz do corpo algo vivo, ou seja a aposta do sujeito como um elemento esvaziado de designação. É o que a psicanálise nos permite ler, como apontam Vilanova e Vieira (2014), numa escrita que se deposita em uma superfície – a superfície do discurso, a se

compor entre o corpo e o saber inconsciente. Saber este que coloca em perspectiva a emergência do sujeito como um efeito que é pensado, mas que não pensa, e que, ao habitar uma existência singular, ancorando-se em um corpo, se faz representar.

A dificuldade intrínseca de estabelecer uma relação com o Outro no autismo é reduzida, pelo discurso da ciência, à identificação de uma série de padrões comportamentais associados a disfunções orgânicas. Daí, caminhos estreitos são propostos como vias possíveis de tratamento e que dificilmente se sustentam como replicáveis para a diversidade de casos de autismo, uma vez que esbarram no fato de que, por mais semelhantes que possam ser no que diz respeito aos comportamentos que manifestam, o autismo de cada pessoa parece responder ao modo como o vivente lida com aquilo que lhe é da ordem do insuportável, seu *pathos*. Isto é, o autismo de cada um parece responder ao que concebemos na psicanálise como sintoma, aquilo que o sujeito cria para lidar com seu gozo.

É neste ponto que adentramos na questão política da leitura dos fenômenos de sujeito nos quadros de autismo e retomamos a assertiva de Vilanova e Viera (2014). Conforme os autores, o sujeito que opera no discurso psicanalítico é o sujeito advindo como efeito do discurso da ciência, cuja operação de literalização da natureza faz emergir o próprio sujeito, mas como elemento foracluído de sua operação. Ora, a abordagem discursiva de pessoas autistas em função daquilo mesmo que as antecipa enunciativamente (o significante autismo) é o mecanismo por meio do qual a anulação do sujeito se torna escancarada. O saber produzido sobre o autismo é imputado ao vivente que recebe a designação, e aquilo que escapa a este saber, que se pretende não furado, denuncia a falha do discurso da ciência em produzir um saber, pretensamente purificado, sobre um corpo destituído daquilo mesmo que o anima – a imersão de seu ser no campo da linguagem.

Ao operar modos específicos de leitura das cifras que encarnariam os fenômenos de que se apossam, a investigação científica e seu *modus operandi* fazem produzir a emergência

daquilo que escapa à construção deste saber, justamente pela impossibilidade de ordenar no interior de seu discurso aquilo que não pode ser circunscrito por um saber acabado (Vilanova e Vieira, 2014). Neste contexto, a construção do conhecimento científico, enquanto um modo legítimo de acessar o real, produzindo respostas claras a questões objetivas, não deixa de possuir uma estrutura de ficção, na medida em que, nas palavras de Vilanova e Vieira (2014) “o que está em jogo é a própria verdade suposta existir em estado latente: a fórmula seria a transcrição sem resto do que já está escrito e não depende de ninguém” (Vilanova e Vieira, 2014, p.90).

É o que Elia (2012), também, identifica e desenvolve como sendo um problema que parte de uma abordagem metodológica e resulta no que o autor nomeia como sendo o destino do sujeito autista no interior de uma abordagem restrita a questões orgânicas: a segregação travestida. Para Elia (2012), a ciência que se apresenta hoje pode ser descrita como uma espécie de “medicina do comportamento” - uma aliança da psicologia cognitivo-comportamental com a chamada medicina baseada em evidências, que se inspira no modelo neurocientífico para responder a todas as questões do comportamento humano (ELIA, 2012).

O sucesso político e social deste modo de fazer ciência, incluindo sua legitimidade, respeitabilidade e adesão, no pensamento de Elia (2012), se deve antes à sua associação com o discurso capitalista que vigora na contemporaneidade. Para o autor, o que a comunidade científica internacional vem convencionando como padrão de cientificidade é o que, em termos metodológicos, constitui a face mais degradada da ciência. Uma vez que, para Elia (2012), o que vigora neste campo é uma ideologia cientificista, mas não científica – em virtude da degradação de seu objeto de estudo. Por sua vez, o caráter reducionista desta última faz com que a cientificidade que se reivindica não subsista:

Na psicanálise, pelo menos no eixo que se traça de Freud à Lacan, dissolve-se toda dicotomia metodológica entre objetividade e subjetividade (...). Essa dicotomia é

própria dos impasses das ciências humanas que, por seu objeto, pretendem mimetizar as ciências naturais por seu método, o que acaba por naturalizar seu objeto, ou antes, começa por fazer isso, como é o caso da psicologia. (...) O sujeito (...) reduz-se, nestas práticas que se querem científicas, a um sistema natural – biológico ou mecânico (Elia, 2012, p. 59).

Na mesma direção, Elia (2012) articula sua crítica ao contraponto do *modus operandi* da psicanálise operada por Freud, nos períodos iniciais de sua invenção, afirmando que “a psicanálise não recua diante de qualquer objeto que se apresenta à ciência como um enigma por entender que o que a une à ciência rigorosa é o método, não o estatuto do objeto” (ELIA, 2012, p.57). Para ilustrar sua afirmação, o autor trabalha a noção de um paralelo entre as respectivas posições da histeria e do autismo na abordagem da ciência e da psicanálise.

Para Elia (2012), o autismo está para a contemporaneidade em posição homóloga àquela em que a histeria ocupou há mais de cem anos atrás, momento histórico de fundação da psicanálise. Entretanto, mesmo diante desta homologia de posições, o autor enfatiza uma diferença entre a ciência com a qual a histeria se defrontou e a ciência com a qual o autismo se defronta hoje:

(...) enquanto que a histeria desafiava a ciência de sua época, rebelava-se contra ela, apontando sua impotência em tratá-la, o que exigiu de Freud o esforço suplementar de se inventar como psicanalista, superando a ciência e indo além de sua condição inequívoca de um cientista de mão cheia, a “ciência” de hoje tenta enquadrar o autismo, adestra-lo, reduzi-lo, eliminar sua particularidade positiva (ELIA, 2012, p.56).

Assim, fazendo uma retomada do movimento que levou Freud a inventar a psicanálise, Elia (2012) demonstra como, diante do fenômeno, Freud não degradou seu objeto de estudo, mas renovou sua perspectiva:

Para Freud, nada parecia mais razoável ao espírito científico do que enfrentar trevas a fim de lhes levar as luzes da razão. (...) Se, mais adiante, ele compreendeu penosa, porém frutiferamente, que a histeria exigiria mais do que a ciência como resposta, e inventou a psicanálise através da transferência – que não cabia na lógica da ciência, isso não invalida a via estritamente científica pela qual ele chegou ao impasse que o levou a esgarçar o tecido científico – aliás, é por estar nele até o mais extremo confim que ele pôde esgarçá-lo, e não por ter partido de outra malha (...) (ELIA, 2012, p.58).

É neste contexto que a recusa em atribuir a possibilidade do sofrimento psíquico às experiências de dor e dificuldades enfrentadas diariamente por pessoas autistas, e a consequente impossibilidade de acolhê-las em sua dimensão de singularidade, depõem sobre o risco do que Elia (2012) chamou de segregação travestida no que diz respeito ao lugar do sujeito autista no laço social:

(...) Entregue às operações da ideologia cientificista da medicina do comportamento, lastreadas pelo poder incalculável dos lucros da indústria de psicofármacos, o autismo não conhecerá outro destino senão o da segregação travestida, como convém, da mais cínica aventura repleta de proezas no desenvolvimento de “competências sociais”, inclusão, benefícios sociais junto às políticas de assistência (...) que não apenas mantêm intacta a posição do sujeito – como um não-sujeito, um objeto que se crê ativo e ativado pelo pragmatismo das conquistas no espaço de suas relações na polis – como engendram incessante e performaticamente essa posição de objeto de manipulação social e política (Elia, 2012, p. 62).

A despeito de um discurso segregativo, a inscrição no laço social se torna cada vez menos possível, uma vez que a possibilidade do acolhimento e da produção de relações discursivas se tornam potencialmente rechaçadas e encobertas pelo viés aparentemente razoável de “ausência de especialização em autismo”. É o que podemos depreender se pensarmos em um dos pontos identificados por Camm-Crosbie et al. (2018), ao trabalharem o problema da dificuldade de acesso aos serviços de saúde mental para pessoas autistas que enfrentam problemas relacionados à ideação suicida, como foi apresentado na introdução da pesquisa. Nas palavras de Elia (2012):

Se entendermos segregação como um ato fundado no real do próximo que não permite que este se constitua, no plano do imaginário, como um semelhante, ou como um ato fundado no real que se prolonga em um imaginário de pura violência e ódio, veremos com clareza que é esse o resultado do ato de estabelecer com os autistas uma relação reducionista, que os elimina da condição de um possível sujeito adveniente (Elia, 2012, p. 63).

O problema do suicídio no autismo, como o lugar de onde surgiu esta pesquisa, coloca em evidência que o esforço de tornar objetivo aquilo que é da ordem do sofrimento humano conduz à emergência do sujeito como uma ruptura, uma ruptura que resiste à lógica da produção deste saber que se pretende ordenado, alinhado e restrito. Desta perspectiva, a

anulação do sujeito em sua condição de implicação em seu próprio sofrimento responde à extensão dos fenômenos que resistem em se fazerem lidos pela objetificação sistemática do mundo ou, ainda, àquilo que foge do caráter preditivo que o significante possui.

O processo descrito por Elia (2012) como “segregação travestida”, uma consequência política do rechaço do sujeito no autismo, pode ser relacionado, ainda, a um ponto em que nossa discussão se centrará de modo mais aprofundado a partir do próximo capítulo, e que diz respeito a uma questão topológica na estrutura do Outro – sua própria inconsistência. Em seu seminário, livro 16, Lacan (1968-1969/2008) demonstra que não há como, em hipótese alguma, o Outro garantir um saber absoluto sobre o sujeito, uma vez que a verdade, ou este saber absoluto, só pode ser vislumbrado por ele em sua fabricação enquanto objeto *a*, objeto causa de desejo e objeto mais-de-gozar (Pena e Silva, 2018). É, portanto, na leitura dos fenômenos de sujeito que está contido o saber que se evidencia como causa. E é deste ponto que restituímos o lugar do sujeito como o rastro fundamental a ser perseguido.

Todavia, para o nosso propósito, resta saber em que consiste este efeito que emerge como uma ruptura no autismo. Estamos propondo chamá-lo aqui de sujeito, pela questão política do endereçamento do sofrimento que ela abriga. Mas, como sustentou Lacan, no percurso histórico de seus ensinamentos, necessariamente, a leitura de sujeito se faz no campo do Outro, que se posiciona em sua configuração inconsistente. Este é um ponto central para nossa discussão, uma vez que a inconsistência estrutural do Outro é uma noção que permite investigar o que, deste campo, é extraído, manejado e direcionado em função da existência do sujeito.

Se identificamos que a materialização da dor, evidenciada na biologização do sofrimento em curso no autismo, expõe a estrutura faltante – e portanto, inconsistente - do discurso da ciência em apreender fenômenos que são da ordem de uma experiência singular, é

com Lacan (1968-1969/2008) mesmo que percorrermos este fio condutor que retoma o lugar do sujeito.

Se o autismo de cada um possui para si uma função que se atualiza nas formas como o sujeito vai se movimentando no campo do Outro, podemos então, pensar esta singularidade enquanto uma espécie de simbolização que vai se operando a altos custos e que depende dos recursos autísticos para se sustentarem. E é daí que partimos: o estatuto do sofrimento como aquilo que coloca em evidência um *saber fazer com a dor*, um modo de tratar, no autismo, aquilo que é da ordem do insuportável, e que nos leva a supor a aposta de um saber.

Nesta direção, propomos pensar que a extração do autismo do campo das psicoses é um processo que vem ocorrendo não sem consequências, uma vez que implica considerar uma nova modalidade de leitura de sujeito que difere, sobremaneira, do que se opera enquanto constituição subjetiva na neurose, na psicose ou na perversão. Implica considerar a relação do *fallasser* com o seu gozo.

Ou seja, posicionando as dificuldades da fala e problemas de comunicação, as crises, as estereotipias, a vontade de imutabilidade, os interesses específicos e a relação particular com os objetos e as pessoas como fenômenos que depõem sobre a questão intrínseca do autista com o Outro, podemos colocar em hipótese o processo de constituição de uma subjetividade que vai nascendo de forma árdua. Subjetividade esta que está implicada no estatuto do sofrimento do vivente, e que opera a partir da imersão do ser no universo da linguagem, cuja movimentação faz produzir aquilo que podemos chamar de efeitos de sujeito, vazios de designação, mas repletos de representatividade. É o que poderemos acompanhar nos capítulos a seguir.

CAPÍTULO 2

A inconsistência do Outro como via de acesso ao sujeito

Se tomarmos o processo de produção de conhecimento sobre o autismo, desde que foi inicialmente isolado por Leo Kanner, em 1943, não será difícil observar que o enigma que cerca a condição – passando pelo fenômeno dos casos mais graves de autistas típicos, em que a presença das principais características (perturbações sensoriais, comprometimento da fala e da socialização em geral, estereotípias e crises agudas) se faz explicitamente demarcada, e chegando aos casos de autistas de alto funcionamento que, muitas vezes, conseguem discorrer sobre seus modos de agir, seja por meio da escrita ou da fala - é justamente aquilo que obstrui a fabricação de um saber que alcance todas as possibilidades de leitura do sofrimento em curso para cada pessoa que recebe a designação de autista.

Aliás, este saber completo, que é visado a todo custo no processo de investigação científica do autismo - e que possui a verdade como um horizonte de causa formal colocada em primeiro plano naquilo que o move, não deixa de responder ao que Freud (1930/2018) trabalha como sendo a condição intrinsecamente existencial do desamparo a que todo humano se submete por sua própria condição de existência. O grande Outro, posicionado como o lugar da razão (neste caso, o saber científico construído sobre o autismo), vem responder às questões que são formuladas em torno do enigma que se apresenta. Porém, o conhecimento que se produz, enquanto uma operação de linguagem, coloca em evidência o quão falho são os recursos dos quais se lança mão com o objetivo de esgotar ou circunscrever, de forma absoluta, um fenômeno humano submetido à camisa de força de uma única perspectiva de leitura.

Se pensarmos, especificamente, na investigação dos problemas das altas taxas de morte por suicídio, do comportamento alto lesivo ou mesmo nos demais problemas que remetam ao sofrimento em curso no autismo, como foi abordado na introdução do trabalho, será possível

conjecturar que a inconsistência de narrativas absolutas sobre o que se passa no autismo é um ponto que se faz evidenciar no próprio aspecto faltoso das conclusões de alguns estudos que abordaram o tema, e que demarcaram, por exemplo, a necessidade de “pesquisas adicionais para compreender melhor como esta *população única* (unique population) experiencia e expressa tendências suicidas” (Serges & Rawana, 2014).

Em seu caráter inconsistente, o saber do Outro busca recobrir a leitura do enigma do autismo como via de acesso aos problemas em questão, mas falha. Falha porque, o modo como o conhecimento é fabricado nega a castração, nega aquilo que resiste à produção deste saber. Mas o que resiste, como já o pontuamos, denuncia. E o que resiste na produção do conhecimento sobre o autismo é justamente aquilo que se constitui no campo do Outro, mas que dele escapa – o sujeito.

Neste contexto, frente a um fenômeno que, por vezes, uma abordagem pela via dos significantes ofertados pelo próprio sujeito se faz inacessível, recepcionar o enigma em questão pode mobilizar uma série de conjecturas que, não raro, são estabelecidas à revelia destes sujeitos. É o que indicam Vorcaro e Lucero (2010), ao abordarem o problema do encontro do Outro com um autista não falante:

(...) A constrição da função da fala nessas crianças e nossa dependência da observação de seus comportamentos pode nos impactar a ponto de também restringir nossos recursos simbólicos. Assim, encontramos dificuldades em interrogar a teoria, demarcando o efeito de real que a clínica do autismo pode nos causar. O lugar atribuído ao autista pelo Outro (aí incluídas nossas afirmações) pode fazer com que tomemos como homogêneos o campo da linguagem e o espaço, para nós, indiscernível, em que o autista está mergulhado (...) (Vorcaro e Lucero, 2010, p.155).

Os modos de leitura que se operam frente ao real de uma condição que se situa no limiar das possibilidades de trocas, pode fazer com que, como apontaram Vorcaro e Lucero (2010), “tomemos como homogêneo o campo da linguagem e o espaço, para nós, indiscernível, em que o autista está mergulhado”. Tomar este campo como homogêneo é justamente aquilo

que faz operar a anulação discursiva e lógica do sujeito, uma vez que homogeneizar o saber sobre o autismo é se afastar sobremaneira daquilo que resiste em ser encoberto pelos significantes do Outro, isto é, se afastar do sujeito.

Assim, se assumirmos que, como apontaram Vorcaro e Lucero (2010), “nossa dependência da observação de seus comportamentos pode nos impactar a ponto de restringir nossos recursos simbólicos”, por que não, então, desmontar o aparelho de linguagem ao qual se submetem tais formas de leitura - que muitas vezes fazem enxergar, por uma via comparativa, somente as diferenças - e empreender um olhar menos enrijecido buscando o que há de afirmativo no autismo? No lugar de identificar o que falha, por que não buscar apreender o que se opera e como se opera? Nesta empreitada o estatuto do sujeito se fará lido em um circuito mais amplo de apreensão, de modo a permitir-nos formular que as modulações nas formas de agir destas pessoas podem indicar algo que não seja da ordem de automatismos ou disfunções biológicas, mas de empreendimentos subjetivos que se sustentam nas formas com as quais experienciam o mundo.

Como veremos, todavia, o enigma do autismo não é a causa única que obstrui a produção de um saber homogêneo e universalizável sobre o sujeito. Existe uma falha topológica no campo da linguagem que impede, definitivamente, que o sujeito seja apreendido em um discurso fechado. Em seu seminário, Livro 16, Lacan (1968-1969/2008) demonstra formalmente a impossibilidade lógica de um universo do discurso, propondo de forma cabal o campo do Outro como um campo inconsistente. Isto é, o campo do Outro como um campo impossibilitado de produzir um saber último que encerre em si o que é passível de leitura nas manifestações do sujeito.

É desta perspectiva que iniciamos este capítulo, cujo objetivo é propor que a inconsistência estrutural do Outro é justamente uma via privilegiada de se aproximar daquilo

que resiste à produção de um saber absoluto e purificado sobre o autismo, ou seja, do sujeito como uma incógnita em torno da qual o que se espera é imprevisível e, logo, impossível de ser encoberto ou homogeneizado pela atribuição dos significantes do Outro. Buscaremos sustentar que a aposta do sujeito no autismo pode ser fundamentada epistemologicamente pela via do que propõe Lacan (1968-1969/ 2008), na medida em que esta aposta como um lugar vazio de certezas é aquilo mesmo que faz mover a própria suposição de saber que promove a existência do sujeito, ou seja, esta aposta pode ser concebida como homóloga e alinhada à questão da inconsistência do Outro como um campo furado e, portanto, a ser sempre preenchido.

A impossibilidade lógica de recobrir, com os significantes do Outro, o saber que emana do próprio sujeito e que é, por estrutura, inapreensível em sua inteireza, situa uma subversão engendrada pelo sujeito, ao ser excluído pelo discurso da ciência. Neste sentido, como aponta Silva (2017), se por um lado o Outro é uma estrutura absolutamente necessária para a constituição do sujeito, pois é dele que é determinado, por outro lado, sua importância é devedora da característica de ser uma estrutura faltosa. Buscaremos trabalhar estes paradigmas na dimensão constitutiva do sujeito no autismo.

Para isto, na primeira parte do capítulo percorreremos as formulações elaboradas por Jacques Lacan (1968-1969/2008), ao identificar o problema do que nomeou como “inconsistência estrutural do Outro”. Uma vez retomado este que é o lugar do sujeito no discurso – um lugar esvaziado de designações últimas, a segunda parte do capítulo se dedicará a estender a discussão até o ponto de nos questionarmos a que sorte de amarração pode ser pensada a incidência das três consistências – Real, Simbólico e Imaginário - fundamentais à composição da linguagem para o sujeito no autismo.

2.1. Um lugar no discurso em função da ausência

No final dos anos 1960, Lacan (1968-1969/2008) passa a percorrer, de modo central, o campo do gozo em seus ensinamentos. Gozo este que, na concepção do autor, se faz inacessível ao sujeito por ser perdido, mas que não impede o próprio sujeito de percorrê-lo nas mais diversas formas em que se engendra nas malhas do discurso. Conforme Figueiredo (2020), o empreendimento de Lacan na tentativa de formalizar sua tese sobre a inconsistência do Outro, parte de um deslocamento que seus ensinamentos foram operando na técnica psicanalítica, criada por Freud, que passou a ser pensada como uma práxis psicanalítica, nomeando o campo no qual opera o psicanalista na experiência da análise. Práxis esta que, como lembra a autora, passa a ser orientada para o real.

Figueiredo (2020) afirma, também, que Lacan abordou o real na relação com a sua própria invenção do objeto *a* e com o sujeito, que se torna alvo de uma destituição ao final de uma análise. E é por identificar o real na própria estrutura do Outro, isto é, uma lógica concernente ao real para o qual se direciona o ato de interpretação na análise, que Lacan passa a percorrer questões epistemológicas que vão se impondo para ele e que são concernentes à prática clínica.

Visando estabelecer as bases que sustentam a construção do saber enquanto operações de linguagem, Lacan (1968-1969/2008) passa a lançar mão de articulações entre psicanálise e lógica, concebendo o discurso como o campo limite em que a psicanálise opera. Nesta empreitada, o discurso, em sua materialidade significativa, torna-se alvo de Lacan, que passa a destrinchá-lo para atingir o que nomeia de uma redução de material e identificar a lógica que faz operar a construção do saber.

Cabe destacar aqui que é deste mesmo seminário que vem a magistral definição de sujeito para Lacan (1968-1969/2008), como sendo *aquilo que um significante representa para outro significante* ($S_1 \rightarrow \$ \rightarrow S_2$). Em suas palavras:

Observem bem que, quando falo do significante, falo de algo opaco. Quando digo que é preciso definir *o significante como aquilo que representa um sujeito para outro significante*, isso significa que ninguém saberá nada dele, exceto outro significante. E o outro significante não tem cabeça, é um significante. O sujeito aí é sufocado, apagado no instante mesmo em que aparece. Como é que alguma coisa desse sujeito que desaparece por ser o que surge, que é produzido por um significante para se apagar prontamente em outro, pode se constituir e, no fim, fazer-se tomar por um *Selbstbewusstsein*, isto é, por algo que se satisfaz por ser idêntico a si mesmo? (Lacan, 1968-1969/2008, p. 21, grifos nossos).

Como aponta Figueiredo (2020), Lacan, no seminário 16, trabalha o par sujeito-saber, de modo a subverter o saber e estabelecer sua relação com o gozo e a verdade, articulando-as lógica e topologicamente no campo do Outro. Recorrendo à lógica moderna, Lacan parte de Frege e Russel para formalizar sua tese sobre a inconsistência do Outro. O primeiro apresentou uma escrita ideográfica, para manter a exatidão na dedução, e o segundo demonstrou um paradoxo, nomeado “o paradoxo de Russel”, o qual possibilita compreender a inclusão da falta dentro da estrutura e a inconsistência do Outro. Como foi apontado acima, para trabalhar estes paradigmas, Lacan vai em busca de um discurso que se sustente sozinho, que possa prescindir da semântica e ser reduzido à sua sintaxe, de modo a operar-se com letras, com uma escrita lógico-matemática (Figueiredo, 2020).

É neste mesmo empreendimento que Lacan formaliza, como tese, algo que nos interessa destacar. Conforme Figueiredo (2020), nas aulas III e IV do seminário 16, Lacan propõe que não é possível universalizar o sujeito. E para demonstrar esta tese, trabalha a hipótese de que o saber não é absoluto, que é a negação de “o saber é absoluto”. Trabalho que se dá por meio da utilização do recurso matemático dos conjuntos, em que Lacan, já de saída, começa por apontar que A (campo do Outro) é um conjunto que contém os significantes S_1 , S_2 , S_3 , sendo que todos estes significantes são diferentes de A (Figueiredo, 2020).

Neste contexto, como coloca Figueiredo (2020), Lacan levanta a seguinte questão: “É possível que o sujeito possa subsumir-se de tal maneira que não se reúna no universo do discurso e que possa estar certo de estar aí incluído?” (Figueiredo, 2020, p.66). Conforme a autora, a resposta de Lacan é negativa, fazendo com que passe a abordar o sujeito como todo significante que não pertence a si mesmo:

Lacan toma os significantes de A que não pertencem a si mesmos e usa a letra B para designar esse conjunto. (...) B seria o próprio S_2 como o primeiro par de significantes S_1 - S_2 . Assim, B seria o próprio sujeito. (...) Sendo B o outro significante, S_2 , ele não poderia ser um elemento dele mesmo, nem não o ser, o que diz respeito a uma estrutura simbólica, pois, se o conjunto está dentro, é completo, mas inconsistente. Também não sendo um elemento de A, B só pode ser representado do lado de fora, o que diz respeito a uma estrutura real, a qual comporta um furo, pois, se o conjunto fica fora, é incompleto, mas consistente. Já temos uma indicação de uma lógica paraconsistente, da qual pode ocorrer que uma proposição e sua negação sejam ambas verdadeiras, ou seja, duas proposições podem ser contraditórias e verdadeiras, sem pôr em risco a teoria (...) (Figueiredo, 2020, p.67).

É desta lógica paradoxal entre “não pertencer e faltar” e “pertencer, mas ser inconsistente” que se depreende que o saber não é absoluto e, logo, o sujeito não pode ser universalizado:

Como traduziremos essa exterioridade? Muito precisamente, diremos, em última instância, o sujeito, como quer que tencione subsumir-se – seja por uma primeira afirmação do grande Outro como incluindo a si mesmo, seja, no grande Outro, limitando-se aos elementos que não são elementos deles mesmos -, não pode ser universalizado. Não há definição englobante em relação ao sujeito, nem mesmo sob a forma de uma proposição que diga que o significante não é um elemento dele mesmo (Lacan, 1968-1969/2008, p.74).

Para Lacan (1968-1969/2008), estes paradigmas demonstram, igualmente, não que o sujeito não está incluído no campo do Outro, mas que o ponto em que ele se expressa como sujeito é externo, entre aspas, ao Outro, ou seja, ao universo do discurso. Esta é uma observação cara à nossa investigação, uma vez que, por meio dela, podemos desenvolver a noção de que a leitura de sujeito no autismo não deve ser abrigada no interior de convenções estanques, mas operada sob a orientação de uma aposta que se sustenta naquilo que a move (a

busca pelo estatuto do sujeito), mesmo que esta operação se faça inapreensível em sua inteireza.

É o que podemos apreender, também, da primeira formulação do paradoxo acima “não pertencer e faltar” que coloca em evidência que o preço da consistência é, de fato, a incompletude:

Por só se inscrever como repetição infinita de si mesmo, o sujeito fica excluído, muito precisamente, não de uma relação que seja de interior nem de exterior, mas do que é inicialmente postulado como saber absoluto (Lacan, 1968-1969/2008, p.72).

Neste sentido, na definição do sujeito como causado pela relação entre significantes, postula-se, para Lacan (1968-1969/2008), algo que impede para sempre de apreendê-lo: o sujeito só se manifesta no saber sob a forma de uma repetição infinita. Por sua vez, em sua insistência, tal repetição operaria na produção daquilo que Lacan (1968-1969/2008) nomeia de objeto *a*, efeito de gozo que se produz da articulação do sujeito no campo do Outro. E é neste mesmo objeto *a*, definido como objeto causa de desejo, que se situa o lugar da verdade como causa, *a causa do sujeito*, uma causa material que se dá a partir do próprio sujeito. Nas palavras de Lacan:

Se em parte alguma do Outro é possível assegurar a consistência do que é chamado verdade, onde está ela, a verdade, a não ser naquilo a que corresponde a função de *a*? (Lacan, 1968-1969/2008, p.24).

Para nos aprofundarmos no movimento de investigação destes problemas, por Lacan (1968-1969/2008), faz-se necessário, agora, abordar o chamado “paradoxo de Russel” e acompanhar o impacto deste nas formulações que se colocam em discussão. De acordo com Rodrigues e Caldas (2012), Bertrand Russell foi um lógico inglês que nasceu no final do século XIX e marcou, definitivamente, a história da lógica matemática, justamente por demonstrar que a teoria dos conjuntos de Cantor tropeça, desde o primeiro passo, em um paradoxo que pode ser demonstrado, em sua forma mais popular, por meio da história de um barbeiro, também conhecido como o paradoxo do barbeiro:

(...)Trata-se de uma aldeia onde um barbeiro faz a barba de todos os homens que não se barbeiam sozinhos e não faz a barba de quem se barbeia sozinho. Ora, tal aldeia não poderia existir. Se o barbeiro é um homem que não se barbeia sozinho, então ele deve fazer a barba de si, tornando-se um homem que se barbeia sozinho, ou se ele é um homem que se barbeia sozinho, então ele deve parar de fazer a própria barba, tornando-se um homem que não se barbeia sozinho. A regra resulta em um paradoxo, pois o barbeiro ao mesmo tempo deve e não deve fazer a própria barba, na verdade uma proposição indecidível, sobre a qual não é possível decidir logicamente se é verdadeira ou falsa (Rodrigues e Caldas, 2012, pp.8-9).

As autoras chamam a atenção para a importância do paradoxo de Russel como aquilo que faz surgir a impossibilidade do todo, colocando em jogo que, em um conjunto, haverá sempre um elemento suplementar ou um déficit. Deste modo, formulando em outros termos o que está em discussão, Rodrigues e Caldas (2012) colocam que:

Pode-se também formular o paradoxo de Russel a partir de uma pergunta: o conjunto de todos os conjuntos que não pertencem a si próprios pertence ou não a si próprio? Dito de outra forma, se o conjunto de todos os conjuntos que não pertencem a si próprios pertence a si próprio, então ele é completo, mas é inconsistente, pois inclui um conjunto que pertence a si próprio. Se o conjunto de todos os conjuntos que não pertencem a si próprios não pertence a si próprio, então ele é consistente, mas é incompleto, pois deixa fora um conjunto que não pertence a si próprio (.) (Rodrigues e Caldas, 2012, p.9).

Para as autoras, este impasse lógico se faz facilmente transposto para a relação significativa que é, sobretudo, uma relação de pertença, exatamente pelo próprio significativo não poder significar a ele mesmo, portando em sua estrutura uma opacidade, como foi explicitado na fala de Lacan (1968-1969/2008) sobre a definição de sujeito no início deste subtópico. Assim, tomando o próprio conjunto dos significantes, continuam Rodrigues e Caldas (2012), o que se constata é que há alguma coisa que não pertence a este conjunto, alguma coisa que ficaria de fora, não sendo possível reduzir a linguagem a um todo, a um conjunto fechado.

Na mesma direção, Rodrigues e Caldas (2012), ao analisarem, em um contexto clínico, estas proposições de Lacan, afirmam que, desta perspectiva, no campo clínico nenhuma harmonia, como quer que tenhamos que designá-la, é admissível. Para as autoras, basta dizer que, como afirmou Lacan, não há um ponto de fechamento do discurso ou, mais ainda, “não há

universo de discurso”, o que nos faria concluir que sempre haverá o que não pode se dizer. Rodrigues e Caldas (2012), enfatizam, ainda, que isto não significa tomar o discurso analítico como impossível, tampouco desvalorizá-lo. Trata-se, sobretudo, de um impasse que se apresenta como lógico-matemático.

Deste nível de articulações, Lacan (1968-1969/2008) passa a formular, então, a lógica da falha do saber. Para o autor, que o grande A (campo do Outro) tenha em si esta falha, decorrente de não podermos saber o que ele contém, a não ser seu próprio significante, é uma questão decisiva na qual desponta o que ocorre com a falha do saber. Ora, se é do lugar do Outro que depende a possibilidade do sujeito, no que ele se formula, torna-se importantíssimo saber, nas palavras do autor, que o que o garantiria, ou seja, o lugar da verdade, é, em si mesmo, um lugar vazado (Lacan, 1968-1969/2008).

De acordo com Lacan (1968-1969/2008), o sujeito, seja qual for a forma em que se produza em sua presença, não pode reunir-se em seu representante de significante sem que se produza, na identidade, uma perda, propriamente chamada de objeto *a*. Neste ponto, o autor é categórico ao afirmar que o objeto *a* é o furo que se designa no nível do Outro como tal, quando ele é questionado em sua relação com o sujeito. Isto porque, é inatingível e o que se faz revelar, desta feita, é sua função de causa:

Em outras palavras, todo discurso que se coloca como essencialmente fundamentado na relação com outro significante é impossível de totalizar, seja de que maneira for, como discurso. Com efeito, o universo do significante - não me refiro aqui ao significante, mas ao que é articulado como discurso – sempre terá que ser extraído de qualquer campo que pretenda totalizá-lo (Lacan, 1968-1969/2008, p.59).

É neste contexto que podemos afirmar que o autismo, ou que se constrói no nível do saber sobre o autismo, é aquilo que se formula sobre “*estas* pessoas”, mas não *são* elas. O *ser* de cada uma só responderá no nível do enigma que representa o que é passível de leitura no campo do sujeito, aquilo que, por ser efeito de uma aposta mobiliza a busca de um saber somente acessível pelos rastros que vão sendo deixados como restos da articulação do sujeito

no campo do Outro, seus diversos objetos *a*. Restos estes que contém a verdade do sujeito como causa, lugares vazados e impossíveis de serem reduzidos a designações homogeneizantes.

Como pontuam Pena e Silva (2018), nesta fase de seu ensino, Lacan elabora o campo do Outro como aquele em que falta um significante. O matema que representa esta proposição é $S(A)$, e se traduz como suporte do que anuncia no seminário 16: não existem garantias no Outro, em nenhuma medida, no que se refere à consistência do discurso que se articula nesse Outro em função dele. O sujeito nunca poderá ser totalmente representado, de modo que não existe um Outro que possa servir de álibi ao sujeito, dando-lhe um significante que diga quem é seu ser por completo ou que possa lhe dar garantias verdadeiras de coisa alguma (Pena e Silva, 2018).

Todavia, é desta mesma inconsistência estrutural do Outro que será possível localizar a emergência do sujeito. É desta perspectiva, também, que a aposta do sujeito, não só no autismo, mas em todo campo de sofrimento em que, atravessado pela linguagem, a dor do viver humano se faz representar, pode ser fundamentada epistemologicamente como homóloga a este lugar de ausência no discurso, do qual o sujeito escapa. Tal aposta vai ao encontro deste lugar vazado da verdade em que se situa o sujeito naquilo que o causa, que se produz no discurso do Outro, mas que escapa dele, fazendo emergir-se como externo a este campo.

Com efeito, o enigma do autismo assume a posição daquilo que responde no nível do que se espera de um sujeito: uma imprevisibilidade manifesta que surpreende, em torno da qual circunda a possibilidade de sua emergência. Remeter o enigma do autismo a uma posição subjetiva é colocar a tônica da análise no trabalho operado pelo autista para conseguir uma articulação mínima no universo da linguagem. Assim, se a aposta do sujeito faz retomar sua

legitimidade e seu lugar de ausência no discurso, cabe agora pensar vias possíveis de operar esta leitura de sujeito no autismo.

2.2. De um lugar vazado no discurso às possibilidades de leituras do sujeito

Afirmar que o sujeito depende do Outro ou que ele só é sujeito por seu assujeitamento ao campo do Outro são formulações que ganham formas de impasses quando trabalhadas na dimensão do que se opera no autismo. Ou, ainda, nas palavras de Sales (2010):

Um sujeito não alienado seria o mito de alguém que existiria fora da linguagem, não submetido ao governo do simbólico – isto é, seria alguém a quem faltaria aquilo que, exatamente, define a categoria de ‘sujeito’ (Sales, 2010, como citado em Silva, 2017, p.93).

Buscando retomar este que é o lugar do sujeito no discurso, um lugar esvaziado de designações últimas, neste trabalho, endereçamos os fenômenos do autismo à leitura de sujeito, focalizando aquilo que faz operar para cada vivente uma dimensão única e significativa em que o seu autismo se coloca. Isto requer que as manifestações no autismo sejam tomadas em um campo de apreensão propriamente significativa, homólogo à estrutura de discurso de onde o sujeito nasce como um efeito, mesmo que, no caso específico do autismo, a fala possa estar ausente.

Ora, Lacan (1968-1969/2008) mesmo, já de saída, anuncia uma assertiva no início do seminário 16, a qual pode nos servir como um ponto de partida aqui: “A essência da teoria psicanalítica é um discurso sem fala (Lacan, 1968-1969/2008, p.11)”. Para Rodrigues e Caldas (2012), ao articular a dimensão do significativo ao real presente na estrutura do Outro, Lacan nos demonstra que há implicações do significativo no real e que, por este motivo, o significativo não deve ser pensado somente encadeado na cadeia significativa – mais que isto, para as autoras, poderíamos mesmo afirmar que nem tudo é significativo.

Neste contexto, por meio das formulações que definem a categoria de sujeito como um efeito de discurso, buscaremos pensar o que se opera na lógica constitutiva do sujeito no

autismo. Se fará necessário, por alguns momentos, suspender tais formulações, ou ainda, como foi proposto no início do capítulo, talvez, desmontar o aparelho por meio do qual fazemos operar estes conceitos. Deste ângulo será possível propor a extensão das fronteiras da leitura do sujeito do inconsciente para os casos em que a não alienação ao campo do Outro não necessariamente exclui por definitivo esta posição, isto é, a não operatividade lógica da constituição do sujeito (Alienação/ Separação) não impede que um sujeito se constitua.

2.2.1. Operando sob uma lógica diferente

A teoria lacaniana da constituição do sujeito demarca as operações de alienação (S_1) e separação (S_2) como significantes de uma cadeia sequencial lógica, de onde o efeito de sujeito (\$) surge no intervalo vazio em que um significante ao se relacionar a outro, faz produzir um estatuto de resposta frente a alternância que se opera. Efeito que surge como forma de buscar solucionar um conflito primordial fadado a eclosão, desde a captura do *infans* nas malhas do discurso do Outro.

Tomá-las como ponto de partida na apreensão dos fenômenos de sujeito, pode conduzir à formulação de que, no autismo, a lógica constitutiva fundamental não se opera. Porém, esta formulação negativa, longe de encerrar a discussão da existência do sujeito, nos serve, aqui, como um novo horizonte investigativo, para pensar, justamente, o que é que está em jogo neste processo constitutivo.

Se pensarmos, especificamente, na dificuldade intrínseca de estabelecer relações com o Outro desde o início da vida, tais como apontam os sinais clínicos investigados em pesquisas com bebês (Laznik, 2013), ou se acompanharmos os diversos relatos de pais de crianças autistas (Bialer, 2017) em suas batalhas diárias na construção de aparatos e meios de estabelecerem possibilidades mínimas de estarem com seus filhos, de se relacionarem com eles, desde que os primeiros sinais são reconhecidos, será possível trabalhar com a ideia de que

o sujeito é um efeito que vai nascendo, e se fazendo representar, de modo extremamente árduo no autismo. Ocorre que o lugar significante (campo da linguagem), do qual vai emergindo, encontra resistência constante em se fazer tomado em sua dimensão simbólica e encadeada de forma a produzir sentido – o sujeito é que tem de construí-lo. Em outros termos, podemos falar aqui de um sujeito que, com todas as dificuldades possíveis, vai nascendo de uma transição que se opera do real às mais variadas formas de compor com o Outro uma relação singular, mesmo que isto possa não caminhar, necessariamente, rumo à operação de separação.

Mas, como falar de um sujeito que não foi alienado ao Outro, se é de lá mesmo que é determinado? Para Maleval (2020), talvez, a questão não se apresente nestes termos, haja visto que, para ele, alguma sorte de alienação se opera no autismo. Conforme o autor, o sujeito autista sofre o impacto da linguagem em seu corpo, algo que pode ser observado desde as primeiras manifestações clínicas do quadro, identificadas, por exemplo, na pobreza das vocalizações do bebê com sinais precoces de autismo, associadas a uma busca significativamente menor de trocas interativas, e à fuga do olhar – que sugere, ainda, índices prováveis de uma angústia primordial que o bebê, com sinais precoces de autismo, experiencia diante do desejo do Outro.

Ao articular estes elementos à evolução dos quadros de autismo em bebês e aos estudos de autobiografias de autistas, Maleval (2020) formula que o que vai se operando no autismo, por meio da imersão do ser neste universo de linguagem em que se encontra desde o nascimento, é uma forma não-toda de alienação, uma alienação retida, parcial ao discurso do Outro, que se caracterizaria essencialmente pela retenção da voz, não permitindo a operacionalidade do significante mestre S_1 . Uma característica essencial da leitura do sujeito no autismo seria, deste modo, a noção de que o sujeito tem acesso ao campo significante, mas se posiciona exatamente na recusa em se alienar completamente a ele, sendo este o modo pelo qual a locomoção no campo do Outro se torna possível.

Assim, se pensarmos em um ser que, mesmo desde sempre atravessado pela linguagem tem sua inserção no mundo de modo a, como compreende Maleval (2020), experienciá-lo por meio de uma recusa fundamental em alienar-se ao campo do Outro, poderemos trabalhar com a perspectiva do que é que faz operar sua existência neste universo. Como é que este ser, a quem lhe atribuímos a designação de sujeito, vai se locomovendo para construir uma condição mínima de se articular ao Outro sem se subsumir a ele?

Podemos começar a trabalhar a questão acima por meio da perspectiva do enodamento das três consistências fundamentais para a articulação do sujeito no campo do Outro – Real, Simbólico e Imaginário (R, S, I). Soler (2004/2018), ao trabalhar a leitura diagnóstica das estruturas clínicas, aborda a questão do Nome-do-Pai (NDP) e o nó borromeano, introduzido por Lacan em 1974, para pensar a diferenciação e descontinuidade que se produz entre a psicose e as outras estruturas – neurose e perversão.

A histórica, e ainda não consensual, extração do autismo do campo das psicoses, faz operar, sob o fenômeno em questão, possibilidades de leitura que o individualizam como uma modalidade de acontecimento subjetivo próprio. Maleval (2015), por exemplo, é categórico ao afirmar que “o autismo não é mais uma psicose” (Maleval, 2015, p.01), ponto que, para o autor, se faz demonstrável em uma concepção sumária da psicose: as investigações clínicas não colocam em evidência a presença de delírios e alucinações. Para Maleval (2015), a complexidade do que se passa no autismo é um problema que deve ser reportado àquele de uma abordagem da estrutura do sujeito.

Neste sentido, a discussão conduzida por Soler (2004/2018) ao investigar a questão do Nome-do-Pai como o elo que enoda ou deixa de enodar as três consistências, localizando o sujeito em uma das três estruturas clínicas (neurose, psicose e perversão), permite pensar a dimensão do autismo a partir da questão: O que faz nó?

Ao percorrer os ensinamentos de Lacan que conduziram à definição das três consistências essenciais da realidade psíquica, Soler (2004/2008) começa por situar a descontinuidade entre psicose e as demais estruturas como aquela que demarca, em termos simples, o enodamento ou não de R, S e I. O nó borromeano, neste contexto, se colocaria como um modo de reformular a problemática clássica da distinção entre as estruturas, perguntando-se, para cada caso clínico, se as consistências estão ou não estão enodadas. “A imagem do corpo, a cadeia da linguagem e o que se pode perceber do gozo estão enodados ou há fenômenos que atestam que eles não estão enodados?” (Soler, 2004/2008, p.103).

Soler (2004/2008) lembra, ainda, que os fenômenos da psicose – ou pelo menos os fenômenos incontestáveis, manifestam uma autonomização dos três registros, ou ao menos de um deles, começando pelo que Lacan chamava desde o início de significante no real, que seria equivalente à ruptura da cadeia significante. Por sua vez, esta ruptura supõe a ausência de enodamento entre R, S e I. Seria possível estabelecer aqui uma aproximação entre os problemas de linguagem no autismo e o que se chama de significante no real, mas não por meio de uma ruptura, como na psicose, em que se supõe a noção de que em algum momento o sujeito esteve alienado e que a ruptura veio a acontecer.

No autismo, como estamos trabalhando, o significante no real se daria por meio do modo como o sujeito o recebe, em função mesmo de não ter sido alienado ao campo do Outro. O não-sentido do real seria a via pela qual o sujeito operaria desde o início, buscando uma ancoragem mínima para se situar em um campo propriamente simbólico – o campo das relações humanas de trocas. Se falamos de um sujeito que opera nesta dimensão para construir formas minimamente possíveis de estar no mundo, podemos depreender que se trata de um sujeito em que as três consistências não se enodam pelo significante paterno – o Nome-do-Pai.

Mas, não estarem enodadas pelo NDP, remeteria o fenômeno, necessariamente, ao campo das psicoses? A resposta a esta pergunta é não, conforme foi constatando Lacan ao longo de seus ensinamentos. Neste ponto, Barroso (2020) faz uma apresentação pontual sobre o que seria a especificidade distintiva do autismo, em relação à neurose e à psicose:

(...) Considerando o Um e o Outro, isto é, a solidão e o campo das relações sociais, pode-se diferenciar a neurose da psicose e do autismo. “A neurose não é tanto um fenômeno do Um, mas o resultado do mergulho do Um na esfera do Outro” (Miller, 2010, p.166). Por isso, ela se articula de modo privilegiado ao contexto das relações familiares, cuja estrutura recobre o Um de gozo. Ao contrário, “o automatismo mental, a psicose, é um mergulho do Outro no Um” (Miller, 2010, p.166). Já o autismo coloca em jogo o problema do Um sem o Outro, isto é, do S_1 sem o S_2 , dos detritos da *lalangue* materna que se depositam no corpo da criança, sem que esta possa subjetivá-los (Barroso, 2020, p. 224).

A distinção do autismo, então, se reportaria à dimensão da não existência do Outro para o sujeito, isto é, ao mecanismo de evitar o Outro como se não existisse, como um modo de fazer frente à sua presença massiva, real, não furada. Este é um ponto que será melhor trabalhado nos próximos capítulos.

Soler (2004/2008) retoma em vários momentos o texto inaugural de Lacan, datado de 1955-1956, sobre as psicoses (De uma questão preliminar para todo tratamento possível das psicoses), para acompanhar o movimento teórico que o autor vai operando ao longo de seus ensinamentos. Neste texto inaugural, a psicose é compreendida como um campo em que o sujeito opera por meio de um mecanismo conhecido como *forclusão* do Nome-do-Pai, uma escolha forçada pelo sujeito na imanência do conflito primordial, em que há um recorte do significante paterno que regula as significações da cultura.

Ao retomar exatamente a problemática deste texto, Soler (2004/2008), a partir da leitura do nó borromeano, acrescenta que o Nome-do-Pai estaria no princípio do nó, isto é, não haveria nó se não houvesse o NDP. Todavia, a autora prossegue acompanhando os desenvolvimentos de Lacan que, desde 1974, passa a levantar questões referentes ao NDP. Conforme Soler (2004/2008), o seminário RSI é inteiramente atravessado pelo problema do

Nome-do-Pai: “o que é o Nome-do-pai? É a última frase pronunciada bem no final do seminário (...)” (Soler, 2004/2008, p. 102).

Na medida em que os problemas vão se colocando de modo cada vez mais complexo, de acordo com Soler (2004/2008), Lacan vai se perguntando, essencialmente e por várias vezes, o que condiciona o enodamento. Para a autora, ele não se perguntaria isto se tivesse certeza de que se trata do NDP. Lacan, então, examina a questão e pergunta: é o Nome-do-Pai? Se ele se questiona, é porque há possíveis objeções. Então, o que faz nó? Conforme Soler (2004/2008), isto volta: o que faz com que se enode ou não? Qual a função do Nome-do-Pai no enodamento? (Soler, 2004/2008).

Neste percurso, continua Soler (2004/2008), Lacan retoma as obras de Freud sobre o Complexo de Édipo e constata que Freud – mesmo não tendo usado estas categorias – não considera que as três consistências estejam enodadas. Elas não se mantêm juntas, sobrepõem-se uma à outra, se enodando apenas por meio do que Freud chama de realidade psíquica. Mas a realidade psíquica para Freud é justamente aquilo que se fundamenta e se constitui no Complexo de Édipo, uma realidade religiosa. Soler (2004/2008) faz o uso destes termos para ressaltar a posição crítica que Lacan assume diante desta leitura do psiquismo em Freud. Cabe lembrar aqui que a leitura lacaniana do Complexo de Édipo freudiano é o que resulta na criação do conceito do Nome-do-Pai, como afirma Soler (2004/2008). Conforme a autora, as elaborações em torno do NDP sempre foram apresentadas, por Lacan, como reformulações do Édipo freudiano, que consistiam não em refutá-lo, mas em “logificá-lo”. Neste contexto:

Quero ressaltar que o que Lacan extrai dessa maneira de considerar os problemas é muito claro: trata-se de um questionamento da necessidade do Nome-do-Pai em si. Encontramos isso na aula de 11 de fevereiro. Ele diz explicitamente, depois de ter lembrado que Freud utiliza o Édipo como um quarto que enodaria os três. Ele se pergunta se é preciso necessariamente esse um a mais, cuja consistência deveria ser referida à função do pai. A questão é explícita. Resposta: o nó borromeano demonstra o contrário (Soler, 2004/2008, p. 107).

Estas são as formulações de base, a partir das quais o NDP, como um elo que enoda as três consistências, passa a ser visto como uma suplência, isto é, algo substituível, supérfluo, uma vez que a hipótese da possibilidade de um enodamento de três passa a ser vislumbrada. Com efeito, prossegue Soler (2004/2008), se o NDP é uma função suplementar para enodar o que às vezes está desenodado (a imagem do corpo, por um lado, a língua e o simbólico, por outro, e por fim, o real do gozo), compreende-se logo que o problema se desloca para o que se pode chamar de “função enodamento”.

Ao dividir esquematicamente o campo em duas grandes partes – a que há o nó borromeano e a que não há o nó borromeano (campo das psicoses), Soler (2004/2008) afirma que Lacan separa, de saída, algumas possibilidades na parte em que há o nó: a eventualidade de um enodamento de três, sem quarto suplementar, e depois os enodamentos de quatro, com um quarto que enoda os três que não estariam enodados. O ponto importante, todavia, é a noção de que existiriam os enodamentos de quatro pelo NDP (Édipo freudiano) e os enodamentos de quatro pelo que poderiam ser outros quartos, as suplências do NDP, já que ele próprio diz que o NDP é passível de suplência.

É desta perspectiva do Nome-do-Pai como uma função suplementar, que pode ser suprida, que abordaremos os fenômenos que se colocam no autismo, como indicativos de uma realidade psíquica que não se opera a partir do significante paterno, mas que vão sendo enlaçados por meio de outras possibilidades. A não alienação ao Outro desde o início da vida produz para o sujeito um mundo que é experienciado a todo momento como imprevisível e ameaçador:

A criança autista, do mesmo modo que as outras crianças, recebe seu ser de sujeito na relação com o significante do Outro. Porém, nesse caso, o significante do Outro não lhe chega com sua face simbólica de modo a representá-la para outro significante; e sim com sua face real, devastadora. A face real do significante sozinho perturba as operações de alienação e de separação constitutivas do sujeito e tem um impacto sem

mediação sobre o corpo, despertando uma angústia avassaladora no eu (Barroso, 2020, p.222).

A cadeia da linguagem, por meio da qual os significados se produzem para dar sentido às coisas, tem dificuldade em se construir, uma vez que o sujeito, ao se posicionar aquém da alienação significativa, recusando-a em sua inteireza, precisa trabalhar arduamente para assimilar signos e significados e poder se locomover com alguma mobilidade. Neste percurso, como aponta Barroso (2020), a língua do Outro que daria acesso ao laço social se mostra tão absolutamente traumática para o autista que ele se abriga na solidão. Ao se defender, acaba imerso no real, fora do discurso, fora das convenções, mas predisposto às invenções. Para Barroso (2020), assim como para Maleval (2018), as invenções do sujeito são um carro chefe no autismo, uma vez que o sujeito tem maior afinidade com a invenção e a reinvenção do mundo:

(...) Antonio Di Ciaccia definiu a especificidade do trabalho do autista diferentemente do trabalho do psicótico: “a criança autista é alguém que trabalha para se defender do Um-sozinho” (Ciaccia, 2005, p.36). Ao se defender do gozo, o autista engaja-se em uma dupla operação de autodefesa e de autoconstrução. Na operação de autodefesa o sujeito anula o Outro, visto que o significante nesse caso não serve de obstáculo ao excesso de gozo, ao contrário, é um meio de gozo. Na operação de autoconstrução o sujeito autista se serve dos signos para se instalar na existência (Barrosos, 2020, p.225).

Destaca-se, portanto, um trabalho que se dá sob um percurso diferente do que se concebe a partir das operações lógicas de alienação/separação na constituição do sujeito, tanto pelo próprio sujeito – que irá trabalhar para sustentar sua existência, operando com os recursos de que dispõe – quanto pela rede de cuidados que compreende desde os recursos dos quais lançam mão os pais de crianças autistas, para estabelecerem possibilidades mínimas de se relacionarem com seus filhos, e se estende às práticas terapêuticas que consideram a complexidade do que se opera no autismo, enquanto um trabalho já em andamento. Trata-se, em outros termos, de legitimar um processo longo de nascimento e constituição de um sujeito que *vai do puro real à formas possíveis de alienação*. Um trabalho que visa acolher o sujeito em seu sofrimento e auxiliá-lo na construção daquilo que lhe for fundamental ao escoamento

do gozo que lhe habita, por ser, também, um ser de linguagem, mas que não se faz escoar pela via do significante.

O que ganha destaque, neste contexto, é angústia como o afeto que traduz o impacto de um mundo que é experienciado de forma extremamente desarticulada pelo sujeito, e que faz conferir ainda mais peso a esta designação (sujeito), por ser aquilo que define todo o seu trabalho para se sustentar neste universo de linguagem. A angústia subjacente aos fenômenos no autismo, como será trabalhada no próximo capítulo, é justamente o que move o sujeito e o leva a criar as mais diversas invenções para lidar com isto que o ameaça – a presença massiva e não furada do Outro.

São muitas as invenções operadas por cada sujeito autista e elas vão ao encontro de dimensões únicas em que seu autismo se apresenta, seja ele leve ou moderado, típico ou atípico. Destacaremos, entretanto, uma modalidade que aparece com frequência nos relatos de autistas que escrevem sobre si e suas experiências biográficas. Trata-se do recurso aos elementos que compõem a borda autística, que serão apresentados de forma breve neste subtópico e melhor trabalhados no próximo capítulo.

Conforme Barroso (2020), Éric Laurent e Jean Claude-Maleval são dois psicanalistas que têm contribuído decisivamente para a concepção do autismo como uma estrutura clínica. Eles têm abordado a estrutura autística mostrando o que há de específico no nível do gozo e da linguagem, determinando o modo tão original de ser dos autistas. Como aponta a autora, trata-se de compreender como o sujeito sem o Outro, poderá inventar modos de conexão com o mundo e de fazer concessões no nível da defesa autística, desde que preserve os meios de controle de sua angústia.

Éric Laurent, como registra Barroso (2020), se deu conta da especificidade do retorno do gozo no autismo e formalizou isto em uma série de trabalhos, especialmente em seu livro *A*

batalha do autismo (2014). Sua experiência clínica, ao trabalhar com crianças autistas e psicóticas durante seis anos, se somou às perspectivas abertas por Jacques Alain-Miller em 1987, de pensar o gozo não só como efeito da *forclusão* do NDP, mas, também, a partir da sistematização do problema do retorno do gozo rejeitado:

(...) No autismo, o gozo rejeitado não retorna no lugar do Outro como na paranoia nem no corpo como na esquizofrenia. Até o início dos anos 1990 ainda considerávamos a hipótese de que o autista seria um psicótico a trabalho, cujo desenvolvimento daria acesso a diferentes destinos do gozo, fosse o destino paranoico ou esquizofrênico. Verificamos que o gozo no autismo retorna sobre uma borda tranquilizadora com a finalidade de ser dominado, isto é, retorna numa zona fronteira, lugar onde contatos e trocas podem vir a ocorrer, estrategicamente (Barroso, 2020, p.226).

O recurso da borda, aqui nomeado, constitui um modo de tratamento do gozo pelo sujeito autista e é composto, conforme Maleval (2018) pelo objeto autístico, pelo duplo e pelas ilhas de competências. De modo mais amplo, diz respeito a interesses específicos dos sujeitos autistas que, frequentemente, são notados pelos pais ao presenciarem a fixação da criança em alguma atividade, objeto ou situações. Esta borda, como veremos no próximo capítulo, é um lugar potencial para estabelecer trocas com o sujeito, ao seguir e acompanhar com cuidado o que guia o seu interesse específico.

Para Maleval (2015), um dos pilares que sustentam a hipótese de uma estrutura autística é justamente a noção de que o sujeito evolui no interior da própria lógica do autismo. Em suas palavras: “(...) os autistas evoluem para a construção e o deslocamento de uma borda, até chegarem, no melhor dos casos, a fazer do interesse específico uma competência social” (Maleval, 2015, p.36).

Esta lógica de evolução pode ser relacionada ao que Maleval (2020) identifica, posteriormente, como aquilo que se opera na relação do sujeito com o Outro no autismo – uma recusa essencial em alienar-se ao campo da linguagem. Tal posicionamento, pelos efeitos que produz, faz mobilizar toda capacidade inventiva do sujeito para lidar com seu sofrimento,

podendo, também, conduzi-lo na direção do estabelecimento de alguma possibilidade de relação.

Conforme Barroso (2020), o ponto de partida da pesquisa de Jean-Claude Maleval foi o estudo dos testemunhos dos autistas e dos seus escritos. Foi deste material que Maleval extraiu elementos norteadores de sua teoria do primado do signo e da retenção da voz no autismo, que serão trabalhados no próximo capítulo. Para o autor, a escrita do autista transmite sua relação à língua, ao corpo e ao outro, sua maneira original de pensar, de apreender a língua, de interagir e de se defender da angústia (Barroso, 2020).

Nesta direção, das estratégias que compõem os recursos de captação e tratamento do gozo na borda como uma invenção, tem-se em primeiro lugar o uso do objeto autístico, um elemento que pode ser uma parte do corpo do sujeito ou do mundo externo, mas que, de todo modo, funciona como um apêndice do corpo. Como coloca Barroso (2020), com seu objeto sob controle, o sujeito autista capta o gozo, coloca em cena uma proteção do desejo do Outro e demonstra sua maneira de compor com a falta no Outro sem passar pela fantasia neurótica, pelo fetiche perverso ou o delírio psicótico:

(...) [o objeto autístico] serve de apoio alienante, compensando o problema da falha da alienação ao discurso do Outro. Os objetos autísticos são objetos fora do corpo, mas que fazem borda com o corpo e implicam o retorno do gozo sobre essa borda. Eles têm a maior importância para o sujeito na promoção da montagem do corpo pulsional e na abertura à socialização. (...) O objeto autístico assume uma função decisiva para o sujeito, no tanto que ele viabiliza alguma regulação de economia de gozo a despeito da não inscrição da função fálica do gozo (Barroso, 2020, pp.222-223).

Os três elementos da borda articulam-se um ao outro para formarem uma dinâmica subjetiva por meio da qual o sujeito se locomove no campo do Outro. No próximo capítulo trabalharemos de modo aprofundado o que Maleval (2018) nomeia de “complexificação da borda autística”. Todavia, cabe aqui destacar a articulação que se opera entre estes elementos para que possamos apontar o que compreendemos como uma possibilidade de leitura de R, S e I no autismo.

Como destaca Barroso (2020), a partir dos ensinamentos de Maleval, a complexificação da borda autística depende da possível articulação do objeto autístico ao Outro de síntese e de sua participação em uma ilha de competência. O que se chama aqui de Outro de síntese diz respeito aos modos singulares com os quais o sujeito autista produz invenções para operar com a língua do Outro, ancorando-se em uma gramática que é reduzida a signos desligados do gozo, o que permite uma comunicação sem afetos e oferece ao sujeito perspectivas para a socialização.

No mesmo sentido, a especificidade da defesa autística supõe, como registra Barroso (2020), uma alienação ao objeto-borda, para a construção de uma dinâmica subjetiva por intermédio do duplo. Jean-Claude Maleval vem estudando em profundidade o recurso do duplo para o sujeito autista. Para o autor, o sujeito se serve do duplo para sair do seu isolamento em direção ao meio social, sem, no entanto, deixar sua posição autista, pois conectado ao duplo sente-se protegido das trocas com o Outro (Barroso, 2020).

Barroso (2020) lembra, ainda, que este é o lugar concedido ao adulto ou mesmo à outra criança que se encontra por perto, uma espécie de outra mão. Um ponto importante em relação a isto, continua a autora, é a noção de que o autista pode amar seu duplo como a si mesmo, pois por meio deste ordena sua realidade, promove uma conexão libidinal ao corpo do outro, o que lhe confere um corpo. A lógica do duplo se ancora, assim, no significante sozinho, o significante no real:

Diferentemente do que acontece na psicose, no autismo o duplo não angustia, não perturba o eu, não interpela o eu em sua identidade em sua alteridade; tampouco desconfigura a imagem especular que não existe. Dessa maneira, o duplo real amarra o imaginário e promove uma consistência real ao eu (...) (Barrosos, 2020, p.233).

Barroso (2020) aponta, também, o que há de paradoxal no tratamento do gozo pelo autista, por meio do recurso do duplo:

O duplo constitui um ponto paradoxal do tratamento do gozo pelo autista. Se de um lado tem função estruturante, embora com toda a precariedade da dependência que implica, por outro lado, a perda do duplo quase sempre leva a um *laisser-tomber* o

corpo. Sem o duplo, o gozo retorna no real do corpo do sujeito autista à maneira do que se passa com o esquizofrênico. O duplo, como uma imagem real, vem no lugar onde se presentificaria a falta no Outro e pode constituir uma via privilegiada para o vínculo com o Outro (Barroso, 2020, p. 234).

Assumindo a dimensão da importância das bordas para o sujeito no autismo e o papel que elas desempenham em sua locomoção no campo do Outro, formularemos que a borda é uma estratégia em que R, S, e I se fazem amarradas para a construção daquilo que parece essencial ao sujeito. Neste sentido, a leitura do que Lacan nomeia como *sinthoma* pode ser pensada na dimensão em que se operam, no autismo, as modalidades que constituem a borda como um recurso de tratamento do gozo, por meio do qual o sujeito opera com a linguagem e se locomove no campo do Outro.

Como retoma Soler (2004/2008), Lacan abriu perspectivas para se pensar possibilidades de enodamento que não fossem pelo NDP no seminário R, S, e I. No entanto, é somente no seminário do ano seguinte sobre Joyce – *Joyce, o sinthoma* – que Lacan apresenta um exemplo do que seria, então, um enodamento por um quarto que não é o Nome-do-Pai. Neste seminário, conforme Soler (2004/2008), Lacan define o que nomeia de “*sinthoma*” muito precisamente: “é o que enoda as três consistências. O NDP, então, é um *sinthoma* e há outros” (Soler, 2004/2008, p.111).

Desta forma, se a verdade como uma causa material deve ser buscada no próprio sujeito - naquilo que resta de sua articulação no campo do Outro e que, por se configurar como inconsistente, não pode garantir um saber final sobre o sujeito – é nesta mesma verdade como causa que localizaremos o que se opera como realidade psíquica no autismo, como uma espécie de *work in progress* pelo sujeito. É possível operar com a leitura de que as três consistências se enlaçam a partir das próprias invenções do sujeito, se tomarmos como base o comentário de Soler (2004/2008):

(...) A questão, então, desloca-se completamente para o enodamento porque se o Nome-do-Pai é suplementar e pode ser suprido, somos obrigados a nos perguntar qual é o

elemento comum entre ele e seus suplentes. O elemento comum é que eles são elementos que têm uma função enodamento e, portanto, é essa função enodamento que se torna o problema. Não se pode mais dizer: é o Nome-do-Pai que condiciona o nó, só podemos dizer: o Nome-do-Pai pode condicionar o enodamento (Soler, 2004/2008, p. 115).

É neste sentido que a inconsistência do Outro se torna uma via de acesso ao sujeito, como uma incógnita. As manifestações no autismo, como gramáticas de um discurso, retomam a noção de que a estrutura da cadeia discursiva abriga um lugar vazado de onde o sujeito surge como um efeito de representação de um significante para outro, compondo, assim, um saber que não é totalmente apreensível, mas que coloca em evidência o sujeito em sua dimensão representativa. Acompanharemos, a seguir, como esta dimensão representativa se expõe nas invenções do sujeito em função daquilo que o afeta e o move.

CAPÍTULO 3

Gramáticas de reconhecimento e a metapsicologia do sujeito

O que pedem os autistas que conseguem se comunicar, escrevendo sobre suas experiências? Podemos resgatar aqui algumas palavras escritas por Annick Deshays, autista culta e com mutismo, que, conforme Maleval (2012), mostra-se veemente para reivindicar um tratamento para autistas que não inviabilize sua singularidade:

Por que discutir sobre escritos oficiais concernentes ao tratamento de pessoas autistas, se os interessados, eles próprios, não têm direito às informações, muito menos à palavra? (...) Dizer aos responsáveis pelas decisões, desde agora, que pensar por nós corre o risco de esvaziar o substancial âmago de nossa razão de existir (Maleval, 2012, p.2).

Formulações como esta expressam demandas por consideração e legitimidade, características essenciais da especificidade dos escritos dos autistas. Tais demandas vão ao encontro daquilo que é representativo e que, por extensão, nos conduzem ao operador teórico que se faz imprescindível na psicanálise – a leitura de sujeito em suas formulações. Deste modo, abordar pessoas autistas por meio do dispositivo psicanalítico faz mobilizar aquilo que é a aposta central de trabalho, isto é, a aposta do sujeito. É nesta direção que Jerusalinsky (2010) registra esta premissa básica para o tratamento do autismo:

A aposta do sujeito é fundamental no tratamento do autismo. Não porque efetivamente já houvesse um sujeito aí (onde os automatismos neurobiológicos prevalecem), mas, porque – segundo o demonstra a evolução favorável de numerosos casos – existe a possibilidade de constituir um sujeito (Jerusalinsky, 2008, como citado em Jerusalinsky 2010, p.122).

Assim, se assumirmos que - tal como nos ensinou Lacan - o sujeito nunca se inscreve enquanto tal, mas apenas se faz representar entre os significantes, poderemos afirmar que a clínica do autismo põe em movimento um trabalho muito mais minucioso. Ao transportar a leitura de sujeito do inconsciente para a clínica do autismo, as particularidades de uma abordagem descentralizada da fala oralizada impõem ao clínico a necessidade de situar as

formulações de sujeito em um campo de articulação de linguagem menos enrijecido, tal como registram Vorcaro e Lucero (2010):

(...) Se considerarmos que esse sujeito evanescente que se remete entre significantes só opera numa rede de articulações a partir das quais ele se faz enunciador, estabelecendo um modo de gestão de seu desejo, talvez seja necessário um circuito bem mais amplo para reconhecer a presença de sujeito, mesmo que para isso seja preciso recorrer a um enunciado não linguístico, como por exemplo, uma manifestação corporal sistemática de recusa (Vorcaro e Lucero, 2010, p.149).

Nesta medida, cabe observar que, a partir de sua definição conceitual, a leitura de sujeito parece ser estendida a um ponto de esgarçamento, quando a aproximamos às condutas autísticas. Isto pode levar ao questionamento se seu uso seria, de fato, apropriado para dimensionar a experiência da linguagem no autismo. Caberia mencionar aqui um ponto trabalhado por Quinet (2009/2010) em seu estudo sobre psicose e laço social. Ao lado do marco conceitual da *forclusão do Nome-do-Pai* no campo do Outro, o autor acrescenta outra referência de Lacan na abordagem da psicose: os tipos clínicos da psicose se encontram fora do discurso.

O autismo, no trabalho acima, é abordado pelo autor a partir de sua origem fundamentada na clínica psiquiátrica, isto é, como um dos sintomas apresentados por Eugéne Bleuler ao descrever o quadro da esquizofrenia, como um tipo clínico da psicose. Na contemporaneidade, a discussão relacionada ao autismo enquanto sendo ou não uma forma de psicose encontra-se não encerrada, mesmo que, como mencionamos no capítulo anterior, autores como Jean-Claude Maleval (2018), Éric Laurent (2014) e Jacques Alain-Miller, a partir dos ensinamentos de Lacan e dos desenvolvimentos teóricos do casal Rosine e Robert Lefort (2003/2017) venham solidificando as bases para que a questão distintiva do autismo seja reportada àquela da ordem de uma estrutura subjetiva.

Todavia, considerando o uso particular da linguagem que guarda em si homologias de identidade, observadas clinicamente tanto em quadros de autismo quanto de psicose, é possível

estender a questão trabalhada por Quinet (2009/2010), ao estudar os laços sociais dos sujeitos na psicose, para o campo do autismo: “Se eles estão fora do discurso e, portanto, fora do laço social por estrutura, isto não quer dizer que jamais entrem em relação com um outro sujeito dentro do marco de um dos discursos (do mestre, do universitário, da histórica e do analista)? (Quinet, 2009/2010, p.9).

Nossa orientação, como já viemos sinalizando, é a de que a possibilidade destas pessoas entrarem em relação com o Outro está posta a partir de um movimento de retorno e de atribuição de um lugar de sujeito a elas, ou seja, da colocação em prática de uma abordagem ética que dê vez às suas manifestações e suas particularidades. Se o problema do autismo se reporta ao gozo do um (S_1 que não se articula aos demais significantes, como discutiremos mais adiante), trata-se de encontrar formas para que um S_2 se inscreva, ou seja proporcionar maneiras para que esta relação se estabeleça. Deste modo - e retornando à questão que colocamos sobre o uso da leitura de sujeito no autismo - se o estatuto do sujeito é aquilo que se visa alcançar no manejo analítico do sofrimento, talvez, então, seja preciso colocar em xeque o uso que fazemos deste operador teórico.

Isto é, se a leitura psicanalítica do sujeito enfatiza seu estatuto como o de uma invenção, que não se inscreve enquanto tal, mas apenas se faz representar, torna-se necessário enfatizar que tal leitura não deve ser verticalizada na ordem da normatização (compreendida aqui como aproximação ou distanciamento do que se apreende como sujeito na neurose). Ou seja, não há *um* modo de o sujeito se representar, mas um campo de movimento (linguagem) para sua emergência que não se reduz à fala oralizada. Isto significa reconhecer e legitimar os mais diversos modos de se fazer com a linguagem.

Não se trata, pois, de desconstruir, mas de tornar menos rígido as fronteiras apreensivas na leitura dos fenômenos de sujeito. Trata-se da abrangência que esta leitura, no campo da

linguagem, deve ensejar ao integrar as mais diversas soluções singulares que se colocam como modos de se sustentar na experiência do Outro. Portanto, cabe pontuar que sujeito não possui designação nem deve ser adjetivável. A posição subjetiva é o que precisa ser visada e considerada em sua dimensão de representatividade, uma vez que esta posição é o que coloca em evidência um ciframento da relação com a alteridade.

Neste contexto, o capítulo que se inicia tem como objetivo pensar como pode ser demarcada a leitura de sujeito no campo dos autismos, a partir daquilo que compreendermos significa-la: efeito de representação evidenciado nos modos com os quais se articulam posicionamentos singulares diante do Outro, a partir da submersão do ser na linguagem. No caso dos autismos, esta submersão parece colocar em evidência uma das principais características que destacaremos aqui como representativas do *trabalho de sujeito*: as invenções operadas por estas pessoas para se protegerem de uma angústia primordial que, para Maleval (2018), encontra-se no princípio do autismo.

3.1. Do real da angústia à possibilidade de inscrição no laço social

A dimensão do sofrimento no autismo, como viemos trabalhando no percurso desta pesquisa, está intrinsecamente associada ao mal-estar que é próprio à existência humana e que produz para cada vivente um modo de tratar aquilo que é da ordem do insuportável. Todavia, se falamos de propriedade no que se refere a este mal-estar humano, cabe ressaltar que não diremos o mesmo no que se refere ao autismo, pois não existe um modo de sofrer que seja próprio ao autismo, o que existe é sofrimento. Sofrimento que, por vezes, não se coloca em evidência em função do vivente, mas que se faz sintetizado, pela abordagem da ciência, “em padrões comportamentais em interação com fatores biológicos, ainda que ambos permaneçam na mais completa e vaga imprecisão” (Elia, 2012, p.58).

Caberia aqui, mencionar a cuidadosa leitura que Michele Roman Faria realiza de alguns relatos autobiográficos de autistas e pais de autistas, reunidos e publicados por Marina Bialer (2017). Conforme a autora, a leitura dos casos nos familiariza com a sensação de um mundo que as palavras não puderam nomear, inevitavelmente ameaçador, com seus hiper estímulos imprevisíveis e invasivos. Tornando mais clara a ideia de que o “desencontro com o mundo” é um risco frequente no autismo, capaz de produzir as mais violentas crises. Tal risco, pontua Faria (2017), é o que nos conduz à impactante descoberta de que a solução que traz segurança é a mesma que fixa o autista em um muro de gestos e palavras aparentemente esvaziados de sentido, transformando um recurso de proteção em fonte cruel e paradoxal de isolamento. É neste contexto que retomaremos a dimensão do *pathos* para pensar o autismo como um trabalho de sujeito no tratamento do que lhe é insuportável.

Ao retomar as maiores características da síndrome autística, descritas por Leo Kanner em 1943, Maleval (2015) lembra que, desde o início, esta entidade clínica “descreve crianças governadas por um desejo todo poderoso de *solidão e imutabilidade*”. O desejo de solidão se evidencia, por exemplo, nas formas graves de autismo já descritas tanto por Bleuler quanto por Kanner, em que o sujeito se fecha completamente em sua crisálida. Por outro lado, conforme Maleval (2015), Kanner introduz o conceito de imutabilidade para designar o fato de que o autista quer viver em um mundo estático em que não tolera mudanças: “(...) a menor alteração no enquadre, mesmo que por alguns minutos, dificilmente perceptível por outras pessoas, o faz entrar numa violenta crise de raiva” (Maleval, 2015, p.7).

Para Maleval (2015), a imutabilidade revela que o autista é um sujeito em constante trabalho para assegurar um mundo experimentado como caótico e inquietante. Em ambos os sinais, entretanto, a angústia assume um papel central na apreensão do autismo como uma posição subjetiva, na medida em que se colocam a serviço da proteção do sujeito contra um terror que se encontra à espreita, diante da ameaça em desfazer uma racionalidade já

construída. É também neste sentido que consideramos que o *pathos* que afeta o sujeito retorna do real no autismo. Mesmo que não se reduza a ele, o real da angústia parece se inscrever como aquilo que é da ordem do insuportável, e que coloca o sujeito em um constante trabalho para evitá-lo.

Esta parece ser uma consideração reiterada por Maleval (2018) que, ao trabalhar com a noção de que o autismo se enraíza muito cedo em uma angústia em interagir com os outros - que não seria da ordem da incompreensão das relações sociais, mas de uma angústia irracional que o sujeito não domina - vai cernindo o que parece se configurar como um campo de movimento em que o autista, a despeito desta angústia primordial, vai se locomovendo por meio de suas invenções de sujeito.

É válido destacar, no entanto, que sintetizar este campo de movimento na noção de estrutura subjetiva não é o mesmo que prever formas de mal-estar, sofrimento e sintoma em uma perspectiva essencialista, redutível ou naturalizável da vida. A formalização desta concepção só se coloca a serviço de uma abordagem teórico-clínica ética que visa dar vez à emergência do estatuto do sujeito, ao buscar apreender o que aparece como constante nos modos de se fazer representar.

A posição subjetiva que colocaria em evidência o funcionamento nesta estrutura se caracterizaria principalmente pela retenção do gozo vocal, impedindo a conexão do gozo com a palavra; e pela borda autista que funciona como uma proteção frente a um Outro ameaçador (Abreu, 2017). É justamente em meio a este campo de movimentos que encontraremos, para o nosso propósito, o que nomeamos como formulações de sujeito, uma vez que são as motivações subjacentes (ou as leis de sobrevivência formuladas) às quais elas parecem estar submetidas que fazem representar toda uma articulação borromeana para se sustentar na experiência do Outro.

3.1.2. ($S_1 \rightarrow S_2$) Existe lógica nesta leitura?

Conforme Maleval (2018), a angústia do autista associa-se a uma retenção precoce dos objetos pulsionais que, desde os primeiros anos da criança, suscita uma perturbação da comunicação:

Por que reter o olhar? Porque, segundo um deles, é muito inquietante. Por que tentar evitar a defecação? Por medo, um outro nos conta, de que os pulmões explodam. Por que o mutismo? Por receio, segundo alguns, de esvaziar o cérebro (Maleval, 2018, p.6).

Diante disto, o que o autor nos coloca é: como adquirir a linguagem nestas condições? Aqui será possível destacar uma das primeiras invenções operadas por estes sujeitos diante daquilo que causa a angústia - neste primeiro exemplo, o uso da voz. Maleval (2018) nos indica que a retenção dos objetos pulsionais não é sem consequências, uma vez que sua cessão está no fundamento da entrada na relação com o Outro. Desta forma, conforme o autor, a recusa de inserir a voz na troca gera duas condutas frequentes no autista: o mutismo quando uma resposta lhe é exigida e tapar as orelhas quando lhe falam (Maleval, 2018).

Todavia, este mesmo autor pontua que os sujeitos autistas adquirem linguagem por meio de dois canais maiores de entrada, que possuem em comum evitarem o uso da voz. Um deles passa pelos balbucios pobres e a ecolalia; e o outro, pela escrita. De acordo com Maleval (2018), em ambos os canais o sujeito busca evitar a interação social, de modo que o primeiro desconsidera a significação e o segundo exclui o gozo vocal.

Nos relatos excepcionais de Donna Williams (1992/ 2012), autista de alto nível que, na infância, foi considerada como louca, estranha e retardada, encontramos descrições minuciosas sobre a leitura construída por ela ao vivenciar a percepção de um mundo demasiadamente intruso e ameaçador. A autora registra como sua resposta ecolálica diante das solicitações verbais que lhes eram feitas evidenciava desde já uma posição de sujeito ao rejeitar, por vezes,

se envolver em uma relação discursiva para, ao contrário permanecer em seu “mundo misterioso”:

Não eram tanto as palavras das pessoas que me traziam problemas, mas as suas expectativas quanto às minhas respostas. Isto exigiria que eu compreendesse o que elas diziam. *Mas eu experimentava um prazer imenso procurando me dissolver no espaço, para consentir em retroagir a uma pobre coisa de duas dimensões, como a compreensão verbal.* “O que está fazendo?” Dizia a voz. *Como eu sabia que era proibido responder solicitando que deixassem de me perturbar, dava um jeito e repetia:* “Que estás fazendo? Sem me dirigir a alguém em particular (Williams, 1992/ 2012, p.28, grifos nossos).

O que chamamos aqui de posição de sujeito pode ser aproximado ao que Bernardino (1999) trabalha nos termos de uma “escolha autista”. Em um trabalho que buscou investigar a possibilidade de definir quais determinantes influem ou deixam de influir na incidência do Nome-do-Pai no processo de constituição do falante, a autora menciona uma pergunta que formulou ao psicanalista Contardo Calligaris, após ler um trabalho deste último em que o autor falou do autismo como uma escolha de sujeito. A pergunta formulada é: “Como se poderia falar de escolha de uma não alienação nesse momento tão precoce?”. Ao que Calligaris lhe respondeu:

Não se trata de jeito nenhum de uma operação psicológica que necessite da intervenção de uma subjetividade; não é da ordem das significações, é da ordem propriamente da cadeia significante. É um trabalho comandado pelas cadeias significantes ao redor do significante paterno, e a partir disso o cálculo se faz, sendo evidente que este cálculo não é nenhuma operação psicológica, é uma determinação que de fato para o sujeito é automática (Bernardino, 1999, p.19).

Uma característica central deste modo de aquisição de linguagem seria a apropriação solitária da mesma, o que levaria os autistas a supervalorizarem, neste processo, as percepções visuais e tácteis, e a privilegiarem o signo em detrimento do significante. Esta apropriação solitária diz respeito aos diversos S_1 isolados que podem ser capturados na fala dos autistas que buscam se comunicar, e que não possuem potencial para transformarem-se em significantes formadores de cadeias. De acordo com Maleval (2018), este é um ponto que está em primeiro

plano na clínica do autismo: uma língua que opera com S_1 isolados e que é mobilizada mais para satisfações solitárias do que para iniciar uma troca verbal.

Desta perspectiva, a definição conceitual da leitura de sujeito volta a ser problematizada, e com ela a questão do laço social. O S_1 sozinho não poderia representar um sujeito, pois não haveria, na sequência, o S_2 para o qual também se faria representar na cadeia. Em teoria, trata-se do funcionamento e da lógica do significante sozinho, junto ao *fallasser*, como aponta Barroso (2020). Significante este radicalmente separado de qualquer outro significante, “mas que produz um efeito de gozo por meio de sua repetição, marcando o corpo como um corpo gozando de si mesmo, para além do princípio do prazer” (Barroso, 2020, p.224). Porém, uma constatação merece destaque: o banho da linguagem produz impacto no autista, e se este efeito de sujeito que se remete entre os significantes não se faz observar a princípio, talvez devamos considerar a imersão do ser no simbólico, que não se restringe à cadeia significante, e investigar o que se opera a partir disto.

De acordo com Soler (2004/2018), a partir da introdução do nó borromeano nos ensinamentos de Lacan, como já o pontuamos no capítulo anterior, há toda uma fenomenologia a ser retomada, que diz respeito à relação com o corpo (imaginário), com o verbo (simbólico) e com o gozo do vivente (real), conforme estejam enodados ou não.

Sobre estas três dimensões, Soler (2004/2018) comenta como cada uma se configura em sua dimensão não enodada. Para a autora, o imaginário não enodado é um imaginário que não inclui as significações do desejo e da fantasia: é um imaginário voltado sobre a imagem do corpo. No que diz respeito ao real, Soler (2004/2018) retoma o que Lacan qualifica de: “fora do simbólico, fora do sentido”. Sem ordem, portanto. Quanto ao simbólico, a autora afirma que “o simbólico não enodado não é o simbólico da linguagem, mas um simbólico feito de “Uns disjuntos” (Soler, 2004/2018, p. 74).

Neste contexto, Soler (2004/2018) apresenta uma imagem utilizada por Lacan, em 1973, no seminário Livro 21, para trabalhar a formulação deste autor de que “o inconsciente não conhece gramática, porque não faz cadeia”. Isto é, o S_2 , precisamente não faria cadeia. Afirmção que a princípio colocariam as questões: “Se não é então uma cadeia, o que é então o simbólico? E como isto pode ser manejado em análise?” (Soler, 2018, p.67). Não adentraremos nesta questão por enquanto, uma vez que o que nos interessa demarcar são as formulações de sujeito que, mesmo inicialmente fora da cadeia significante (discurso), não se encontra necessariamente fora do simbólico.

A imagem utilizada por Lacan para representar os elementos disjuntos, não encadeados da língua é a do significante como um grão de areia. Buscando trabalhar o alcance destas afirmações, Soler (2004/2018) afirma que se o simbólico não faz cadeia, ele também não faz laço social, uma vez que todo laço social, enquanto discurso, supõe um laço de significantes:

(...) O grão de areia por si só, não estabelece relação, mas faz um monte – é a multiplicidade inconsistente do monte, e me dou conta de que compreender a diferença entre um laço social e um monte de gente é um problema. Não se deve presumir que porque há múltiplo, existe laço social (Soler, 2018, p.68).

Neste sentido, é possível afirmar que o autista está no simbólico. A cadeia significante não é aquilo que necessariamente define a dimensão do simbólico. Buscar o sujeito, neste caso, implica reconsiderar a leitura de que “um significante é o que representa um sujeito para outro significante”. Ou seja, se não se observa, a princípio, uma inscrição desta estrutura de cadeia no autismo, talvez seja necessário ir em busca deste sujeito, por outras vias, ao que poderemos constatar que *o sujeito, ou a leitura de sujeito, é efeito de uma construção árdua no autismo.*

Como destaca Maleval (2018), uma das características da estrutura autística é a de que há uma alienação retida no discurso do Outro, que opera sem a dobradiça do significante mestre. Este significante mestre, o S_1 , em sua função de dobradiça na cadeia opera como o significante condensador de gozo e como o significante formador de cadeia. No caso do

autismo, porém, como coloca o autor, esta dobradiça não acontece, o que faz o significante operar exclusivamente como condensador de gozo. Gozo este cujo escoamento se dá a partir das invenções singulares de cada autista.

Esta linha de pensamento nos leva a retomar a discussão conduzida por Vorcaro e Lucero (2010), com intuito de sustentar que, ao contrário de afirmações reiteradas por psicanalistas na contemporaneidade que circunscrevem o autismo exclusivamente no real, há uma articulação, mesmo que escassa, entre os três registros – real, simbólico e imaginário - que compõem a realidade psíquica, mostrando a interdependência dos mesmos. Conforme, Vorcaro e Lucero (2010):

(...) o autista sofre os efeitos do campo da linguagem, ao ceder ao imperativo da lei da linguagem sem falecer (e sem falasser), porque subsiste estabelecendo com os elementos que discretiza do real, uma relação privilegiadamente Imaginária. Alguns elementos do meio, do *Umwelt*, são absorvíveis por ele, fazendo do *Umwelt* uma espécie de seu duplo, algo adequado a ele, na correspondência biunívoca em que o *Umwelt* lhe confere *seu peso, seu sentido, seu alto e seu baixo, sua direita e sua esquerda*. Assim, a ordenação mínima que ele estabelece (servindo-se da lei da linguagem) é unívoca (entre ele mesmo e o elemento que ele retira do real) ou binária (entre dois elementos do real) mas não ultrapassa essa contagem, resistindo à ordenação, à concatenação das imagens que assim se complexificariam pela contagem que lhe faria supor o Zero como eixo da escala (Vorcaro e Lucero, 2010, p.151).

Em outros termos, o que as autoras colocam é justamente aquilo que nos serve de base para pensar o enodamento entre R, S, e I na dimensão da borda autística, como foi proposto anteriormente. Para Vorcaro e Lucero (2010), o registro do imaginário se presentifica na articulação produzida pelo autista nos momentos em que retira do real algum objeto com o qual estabelece uma relação que lhe permite um certo nível de segurança e controle para movimentar-se no campo do Outro. Esta discretização de um objeto do real implica, para as autoras que o autista opera uma articulação de linguagem, por meio da qual ele desdobra e arma de modo suficiente o registro simbólico. Sem estabelecer esta contagem, isto é, sem desdobrar e armar suficientemente o simbólico, prosseguem as autoras, o autista não pode se servir da função imaginária para potencializá-lo.

Ocorre que, o modo com o qual o autista desdobra e arma o simbólico, não está diretamente implicado na produção do laço social, mas antes numa formulação que se presta à sua sobrevivência – é o que concebemos como um trabalho genuinamente subjetivo. Desta perspectiva, porém, se o simbólico não se restringe à cadeia significante, como pensar possibilidades de estabelecer o laço social com os sujeitos para os quais o uso da linguagem, muitas vezes, não se dá em função da comunicação? Acreditamos que, para esta questão, trata-se de acompanhar o que o autista opera enquanto articulação em seu campo de vivente que, a princípio, não está simbolizado, se considerarmos nossa proposição, trabalhada no capítulo anterior, de que *o sujeito, no autismo, se constitui em um percurso que vai do real à formas possíveis de alienação*. E, a partir disto, buscar uma forma de inserção em seu campo.

3.1.2.3. Do sofrimento do sujeito ao *savoir-faire* de suas invenções

Além da imutabilidade, há outro fenômeno que se configura como elemento de destaque na apreensão da relação do sujeito com a linguagem no autismo. Trata-se das vocalizações involuntárias, já constatadas por Kanner em 1946, após observar vinte e três crianças autistas. Sobre este aspecto, Maleval (2018) nos indica diversos exemplos de raras ocasiões em que o mutismo rigoroso com o qual uma criança autista se silenciava é interrompido em função da emissão de uma frase integral:

O que eles costumam dizer nestes momentos? A primeira frase pronunciada por Birger Sellin é: “devolva minha bola” dirigida a seu pai que acabava de tomar-lhe um de seus objetos autísticos (Sellin, 1994, p.24). Um menino de cinco anos, relata Berquez, que ninguém nunca tinha ouvido falar uma palavra na vida, sentiu-se incomodado quando uma pele de ameixa colou-se ao seu palato. Exclamou então distintamente: “Tirem isso de mim!”, e voltou ao mutismo anterior (Maleval, 2018, p.10).

Frente a observação em relação à dificuldade do sujeito de engajar a voz na fala, Maleval (2018) observa que todas estas frases emitidas possuem um ponto em comum: a presença do sujeito da enunciação está nitidamente marcada. O autor nota também que estas enunciações inesperadas só surgem em situações inquietantes, que apresentam uma

característica de necessidade ou de urgência: “Nestas circunstâncias, ela não é uma escolha subjetiva refletida e assumida, é uma forma de reflexo suscitada pelo contexto” (Maleval, 2018, p. 10).

O papel da angústia à espreita possui uma função central aqui – ele mobiliza, por um instante, uma emissão verbal completamente compreensível. Para Maleval (2018), é só no ápice da angústia que o sujeito consegue deixar escapar uma vocalização como esta. Ela não se configura como uma laboriosa construção intelectual, mas uma palavra que sai das entranhas como um xingamento ou uma exclamação surpresa. Conforme o autor, ela é vivida como uma mutilação, pois coloca em jogo não somente a alteridade, mas também uma cessão do objeto do gozo vocal. Todavia, no pensamento de Maleval (2018), tais emissões não representariam o sujeito, uma vez que se constituem como extrações involuntárias.

Mas, se por um lado, não representam *o sujeito*, por outro lado, o que vemos ganhar a cena é a uma construção de linguagem formulada diante de uma ameaça intensa de desestabilização, ou diante daquilo que invade o campo do vivente e o aterroriza. Não se trata aqui de um sujeito de desejo, mas de uma amarração do simbólico operada por forçagem em prol da sobrevivência.

A presença de sujeito poderá ser identificada, ainda, em diversas outras formas neste campo de movimentos, tais como, nas línguas particulares que os autistas podem inventar. Ao analisar relatos de autistas que conseguem precisar seu funcionamento, Maleval (2018) destaca que, por vezes, os autistas elaboram uma língua para seu próprio uso. Isto acontece em virtude dos equívocos a que a língua do Outro está submetida. Equívocos estes que podem ser compreendidos como os significados subjetivos aos quais tendemos a emprestar às palavras com fins comunicativos.

Conforme Maleval (2018), o autista não gosta destes equívocos e para se prevenir, quando procura se comunicar ele se apega a uma língua factual que gostaria que fosse tão precisa quanto um código. Por esta razão, as vezes elaboram uma língua para seu próprio uso, supondo que seria mais apropriada à expressão de suas emoções, ou para melhor conduzi-los à clareza (Maleval, 2018). O fundamental desta invenção, observa o autor, é que ela busca reduzir a ambiguidade da linguagem, procurando estabelecer séries regulares. Porém, se constituem como objetos de satisfação solitária (diversos S_1) e são pouco aptas à comunicação, como se observa neste relato de Birger Sellin, autista de alto funcionamento:

Eu gostaria de contar hoje como acontece no lar que é muito ‘tonukohass’, eu vou deixar esta palavra ela significa não fique nervoso na linguagem sem complemento é uma linguagem para todos os, como dizer, tolos, eu inventei essa língua ela tem também uma gramática pessoal ‘riokeea’ significa então os cabelos da trança estão longos hoje (Sellin, 1994, p. 86-87, como citado em Maleval, 2018, p. 12).

Uma invenção como esta poderia depor contra a inclinação do sujeito para o laço social? Talvez. Mas, qual a principal característica dela? Conforme Maleval (2018), trata-se de invenções operadas para discernir a ordem na língua e no mundo que é experimentado como caótico e intrusivo. É um trabalho de sujeito - ele está a se locomover e se articular no campo do Outro. Este mesmo autor o reconhece: “A língua particular é uma língua de S_1 , ela não poderia fazer laço social, mas não é uma língua inconsistente, em razão de esboços de construções e ordenamentos que lhe são próprios” (Maleval, 2018, p.16).

No mesmo sentido, Maleval (2018) apresenta o caso de Daniel Tammet, autista de alto nível que produziu uma autobiografia falando sobre seu funcionamento tanto na vida adulta, quanto na infância, onde também foi considerado um autista grave. De acordo com o autor, desde sua primeira infância Tammet adotou a língua dos números – ele possui uma percepção sinestésica de cada um destes, de modo que lhe aparecem “com tantas formas, cores, texturas e movimentos”, aos quais, entretanto, ele não sabe dizer de onde vem o sentido que se associa a esta língua:

O número 1, por exemplo, escreve [Tammet], é de um branco brilhante e luminoso, como alguém que dirige o fecho de uma lanterna diretamente para meus olhos” (...) constata que quarta-feira é um dia azul, mas não está apto a dizer por quê. Ela certamente lhe dá o sentimento de estar às voltas com suas emoções, mas ela não as expressa: ela as suscita. (...) A língua dos números (...) é um objeto que fornece satisfações solitárias, portador de um sentido ao qual o sujeito consente, mas pelo qual não pode comunicar sua vivência (Maleval, 2018, pp.13-14).

A segunda grande característica deste campo de movimento em que o autista se locomove apresenta-se no que foi descrito por Francis Tustin como “objeto autístico”, no que se apresenta nos manuais de psiquiatria como “interesse específico” e no que é compreendido em uma abordagem lacaniana sob a noção de “borda”, como foi pontuado no capítulo anterior. Retomaremos aqui, de modo mais aprofundado, seus fundamentos. De acordo com Maleval (2018), a borda constitui uma construção defensiva maior para o autista que procura sair de sua solidão.

Como um vivente para o qual o sistema da linguagem se vê interrompido no nível da fala, o sujeito autista não deixa, mesmo assim, de ser afetado pelo impacto da linguagem em seu corpo. É o que constata Laurent (2014) ao desenvolver a noção de que o retorno do gozo no autismo acontece em uma borda. Conforme o autor, o desenvolvimento desta hipótese se deu a partir de 1987, por meio de seu trabalho clínico com crianças autistas graves, para as quais observou-se uma intolerância transbordante ao buraco, e de um exame aprofundado em relação ao que os psicanalistas anglo saxões (Francis Tustin e Melaine Klein, por exemplo) insistiam sobre um processo de encapsulamento através da construção de objetos produzidos pela criança autista.

Esta intolerância transbordante ao buraco é articulada à noção de que no autismo o gozo não é regulado pelo significante, isto é, o sujeito não consegue fazer escoar este gozo por meio da fala. Na ausência deste sistema, observa Maleval (2017) nos relatos de autistas, a angústia surge muito prontamente, sendo esta a razão pela qual o sujeito se dedicaria a controlar o gozo desvairado, desprovido de cifração significante:

O gozo do sujeito autista não é regulado pelo simbólico, de modo que praticamente não se investe na realidade social. Ele se encontra, portanto, emperrado nisso: hiperatividade do sistema nervoso, nota [Temple] Grandin; pronunciadas alterações de humor, observa [Donna] Williams; “energia demais”, constata [Birger] Sellin – a criança autista se apresenta as vezes como “hiperativa” etc. Williams sublinha que a vida emocional do autista sempre ameaça transbordar (Maleval, 2017, p.123-124).

Como destaca Maleval (2018), uma das funções iniciais da borda é a de proteger o buraco, buscando circunscrevê-lo. Neste sentido, o autor observa que o nascimento de uma borda se fundamenta em uma perda dominada, que permite gerar um objeto protetor utilizado como fronteira, de modo que a borda não fecharia o buraco, apenas o delimitaria. Um exemplo clínico é apresentado para ilustrar esta formulação:

(...) O fenômeno se origina na cessão de um objeto corporal, as fezes para Laurie, o pus de um abscesso para David. Para tratar desse buraco angustiante, a primeira opera a perda de um objeto “repulsivo”, o segundo concretiza o objeto que sai, confeccionando “um monstro com olhos de morto”. Nos dois casos, o fenômeno do corpo inicial, a cessão angustiante, se desloca em uma situação que permite dominar um buraco inquietante pela produção de um objeto protetor. Ao final, a menina produz uma fronteira protetora diretamente originada do buraco; enquanto o menino confecciona uma armadura para se proteger do “monstro no buraco” (Maleval, 2018, p.27).

A angústia à espreita que parece ameaçar constantemente o autista possui um papel chave na mobilização do sujeito. Algo que não se configura como sendo da ordem da paranoia, como esta formulação “angústia à espreita” pode soar, mas algo que provém da não simbolização do significante, o que mantém o autista imerso em um real imprevisível, fazendo-o buscar estabilidade constante por meio da formulação singular de um ordenamento simbólico (leis de sobrevivência e invenções que lhe permitem se movimentar no campo do Outro). E que faz produzir, ainda, uma primitiva constituição do imaginário, presentificada na relação que estabelece com suas estratégias de movimento. Em outras palavras, o autista opera com os recursos que cria, mesmo que isto implique em um isolamento que produz solidão e sofrimento profundos.

Como apontado no capítulo anterior, são três elementos muitas vezes intrincados que constituem a borda, de acordo com Maleval (2018): o objeto autístico, o duplo e o interesse

específico. Todos se configuram como centro motor do gozo do sujeito, uma vez que, afirma o autor, as emoções sentidas pelo autista são apreendidas como ascensão de uma onda angustiante, por não serem interpretadas pelo signo.

Donna Williams (1992/2012) registra em sua autobiografia o nascimento de Willie e Carol, dois recursos dos quais a autora dispôs para entrar em relação com o Outro, com a característica particular de ambos os personagens se inspirarem em pessoas de seu entorno. Willie, por exemplo, respondia à replica de sua inimiga jurada: sua própria mãe. Conforme a autora, Willie aprendeu a devolver às pessoas suas próprias palavras de uma maneira aparentemente sensata, se bem que agressiva. Porém, acrescenta, era o silêncio que trazia os golpes mais desmoralizantes – sua mãe havia se convencido de que Donna era a encarnação do mal:

Eu já tinha, então, três anos. Willie tornou-se minha encarnação exterior, meu encarregado dos negócios estrangeiros: uma criatura de olhar flamejante de hiena, de boca apertada, de punhos serrados, ostentando uma postura de rigidez cadavérica. Willie chutava e cuspiu à mínima contrariedade. Mas esta simulação de hiena total torna-se a pior das armas, e é Donna que lhe paga o preço. Isto me permitiu, entretanto, entrar em relações com o mundo exterior, enquanto Willie (Williams, 1992/2012, pp 39-40).

Já Carol, nos conta Williams (1992/2012), é um personagem que encarnou após ter conhecido e se encantado com uma garotinha que a abordou no parque, e a levou para sua casa. Williams conta sobre a situação descontraída que vivenciou na casa de Carol, em que ela, Carol e a mãe de Carol riram juntas sobre o aspecto engraçado que Donna apresentava com seu rosto todo pintado. A leveza da situação produziu em Donna o desejo de permanecer no mundo de Carol. Desejo este que foi contrariado quando Carol a levou de volta ao parque, onde ela estava inicialmente:

(...) Durante anos eu me perguntei se ela (Carol) tinha realmente existido, porque ninguém jamais conseguiu, a tal ponto, inserir-me no mundo real. Foi esta estranha, que eu só encontrei uma vez, que mudou minha vida. Ela foi a “jovem no espelho” esperando que, por minha vez eu me tornasse Carol (Williams, 1992/2012, p.49).

Williams afirma também que, com o tempo, desistiu de esperar o retorno de Carol no parque. Diante disto, em seu quarto, onde não tolerava a presença de ninguém exceto a mãe, passou a se tornar ainda mais vigiante pois era lá que Carol aparecia, entrando pelo espelho:

(...) era exatamente Carol que eu via ali. Eu lhe falava e ela me imitava (...). Imaginei que Carol compreendia que ninguém devia ver que eu lhe falava, e aquela era a maneira de me proteger. (...) Não revelei a ninguém que me tinha atribuído o nome de Carol, nem que meus interlocutores contentavam-se em representar os personagens que encontravam Carol. O medo de trair o segredo resumia-se no medo de deixar fugir o mundo de Carol. *Este frágil apoio sobre o seu mundo era a única evasão possível para fora de minha prisão interior. Criei para mim um eu diferente daquele que estava travado e paralisado pelas emoções* (Williams, 1992/2012, pp.50-52, grifos nossos).

Para Maleval (2018), fazer-se de marionete de uma borda que capitaliza o gozo é uma maneira de se livrar dele, e de aplacar seu sentimento de não estar viva, além de se desincumbir de ter que tomar decisões. Ainda neste contexto, ao lado do nascimento da borda, um outro acontecimento importante para o sujeito também se relaciona a ela. Trata-se do que o autor nomeou de esvaziamento da função da borda.

De acordo com Maleval (2018), isto acontece quando o autista toma a decisão de operar uma perda em relação a ela. No caso de Donna Williams, Maleval (2018) lembra que Carol e Willie forneciam uma proteção anestésica que lhe permitia suprimir as emoções, mas que sofreu por muito tempo com a presença de seus companheiros imaginários que lhe faziam persistir em uma vivência de “mutilação psíquica”. Por isto, prossegue o autor, “ela compreendeu que sua evolução deveria passar pelo desaparecimento da ‘parte dela mesma’ que eles representavam (Maleval, 2018, p.31). Foi quando, na adolescência, Donna operou o homicídio simbólico de Willie, sua personificação de um outro sempre zangado. Ela o fez ao enrolar em um tecido, colocar em uma caixinha de papelão e afundar na água de um lago, um boneco de menino que haviam lhe dado.

Porém, conforme Maleval (2018), o homicídio de Willie não foi realizado imediatamente. O autor afirma que foram necessários ainda longos anos antes que Donna

assumisse seu desaparecimento. Um ponto essencial deste acontecimento é que por meio de um esvaziamento progressivo do que constitui a borda, isto é, o gozo que lhe está aderido, revela-se como o autista de alto nível trata esta decisão subjetiva de assumir o risco de se desfazer de um apoio primordial.

Estes são exemplos de formulações que vão ao encontro do que tomamos como leitura de sujeito, isto é, efeitos de representação que se colocam, no autismo, como recursos de proteção. A borda autista se configura como um sistema de proteção em relação às trocas sociais, neste sentido, trata-se de considerar o sofrimento que aflige o sujeito em sua solidão e de apreender a borda como uma invenção que proporciona uma saída possível para aqueles que se esforçam a ir em direção ao mundo.

3.2. Uma psicanálise orientada para o real

A discussão sobre o real que se inscreve no campo do autismo, conduziu alguns analistas a trabalharem com a ideia de uma psicanálise orientada para o real. Rosine e Robert Lefort foram os pioneiros na formulação deste direcionamento. Conforme Santiago (2017), a transmissão dos Lefort vem inspirando muitos analistas desde o início dos anos 1980, por se constituírem como uma demonstração da orientação ética de Lacan, segundo a qual o analista não deve recuar diante da psicose. Esta seguiria sendo uma referência básica pois, como coloca a autora, o real da psicose passa a ser abordado privilegiadamente, no século XXI, por meio do autismo.

Para Jerusalinsky (2010), a noção de real neste campo remete a um registro indeterminado, à essência da aleatoriedade, a qual o significante que faz cortes, produzindo ancoragem e determinações, encontra resistência em se inscrever. Deste modo, o real em jogo pode ser compreendido como a dificuldade incessante em simbolizar a relação com o Outro. A recusa em alienar-se no significante, desde os períodos iniciais da constituição do falante,

impede que o autista venha a identificar a falta no Outro ao qual, por sua vez, está imerso desde o nascimento. O Outro torna-se, então, excessivo, intrusivo e ameaçador, como colocam os Lefort (2003/2017):

Tal significante preexiste a todos os outros, é aquele destacado por Lacan como do “Nome-do-Pai” que torna toda mutação do real possível, quando ele não está foracluído. Para Marie-Françoise, ele estava foracluído: ela busca o mesmo que Nádia, isto é, obturar o buraco de seu corpo, mas apenas aparentemente, pois ela permanece no impasse real inicial, a impossível mutação do real em significante, única via da demanda ao Outro. Só lhe resta, então, sempre retornar a esta mostraçãõ do impossível; e ela se obstina em vão porque a cavilha do significante mestre inicial, o S_1 , está foracluído (R.&R. Lefort, 2003/2017, p.26).

Neste ponto, cabe esboçar uma via interpretativa para a formulação dos Lefort (2003/2017), a partir do atendimento de Marie-Françoise, de que para o autista “o Outro é ausente e não existe, em função de não ser furado” (R&R Lefort, 2003/2017, p.21). Seguindo com eles a evolução de seus comentários sobre as marcas que produzem o significante sozinho, poderíamos compreender a não existência do Outro, como um estatuto de resposta do autista, por meio do mecanismo de elisão, fazendo frente a um Outro em excesso: “Há uma resposta do autista ao real, em que ele encontra sua máscara: fazer vazio” (Santiago, 2017, p.10).

Por sua vez, observados os recursos dos quais lançam mãos os autistas para se locomoverem no campo do Outro e saírem de sua solidão, a atenção se volta para como o tratamento psicanalítico pode viabilizar o acesso ao campo do vivente, fazendo operar a construção deste grande Outro como furado, barrado e não excessivo.

Para Souza (2011), nos movimentos em que se operam o encapsulamento, o uso de objetos autísticos, dos duplos e a invenção de línguas próprias, trata-se de um tratamento do Outro que passa a se tornar possível, o que configuraria uma via de entrada para operar uma psicanálise orientada para o real. Podendo mesmo se apresentar como uma clínica estranha, Laurent (2008) afirma, na mesma direção, que se trata de saber deslizar como *partenaire* do sujeito, no bom momento, e isto pode não ter nada a ver com a interlocução, nem com a

vontade de estabelecer um diálogo, mas com uma decisão que permite acompanhar o sujeito em sua constituição, auxiliando-o na construção daquilo que lhe é fundamental. Pode mesmo tratar-se de estabelecer um espaço comum que tem muito mais a ver com a destruição sem fim, a aniquilação da linguagem que o sujeito tenta alojar em seu diálogo com o Outro.

Jerusalinsky (2010), também partilha deste pensamento ao afirmar que nenhuma outra experiência clínica nos arranca tão radicalmente do campo do significante:

O pouco ou muito que de ‘sujeito’ possa navegar nos automatismos autistas, certamente reside nesse avesso do real que nos autistas prevalece sob a forma de uma identidade absoluta. E que, para seu infortúnio, os exclui inicialmente do campo do significante. Esse é o ponto nodal, a nosso entender, o ponto de partida de qualquer tentativa psicanalítica da cura de um autista. Para isto *é necessário se deixar arrastar por uma transferência que ataca qualquer tentativa de alteridade e se opõe “automaticamente” a qualquer proposição de descontinuidade* (Jerusalinsky, 2010, p.124, grifos nossos).

Se por um lado podemos falar de um real ao qual o autista está inicialmente imerso⁷ em sua vida psíquica, por outro lado, há um real empírico e materializável do mundo em que se encontra e com o qual o autista também precisa se haver. Neste contexto, uma psicanálise orientada para o real é uma tentativa de delinear uma abordagem clínica ética direcionada para o ganho de autonomia e independência, os quais, pontua Maleval (2012), não estão estritamente relacionados com a melhora cognitiva uma vez que

(...) Os que chagaram a dar um passo decisivo neste sentido, testemunham que a autonomia resulta de uma escolha que não é ensinada. Ela só advém por uma decisão maior, que produz uma mudança subjetiva. (...) Convém, não somente que o sujeito autista aceite se arriscar a soltar seu controle do mundo, como também é necessário que ele não seja confrontado com um Outro superprotetor que coloque aí um obstáculo. Os ganhos em independência não são ensinados: eles só advém de atos decisivos pelos quais o sujeito deve se responsabilizar (Maleval, 2012, p.14).

O essencial destas considerações, entretanto, é fundamentar a abordagem psicanalítica dos sujeitos autistas em um registro diferente, isto é, uma intervenção terapêutica cujo desafio se inscreve na dimensão da imprevisibilidade e da capacidade inventiva do clínico. Ambos

⁷ Inicialmente pois, como vimos, muitos puderam se virar com esta condição, por meio das mais diversas invenções, até alcançarem a vida adulta. E, posteriormente, relataram suas experiências em autobiografias.

Universidade Federal de Uberlândia - Avenida Maranhão, s/nº, Bairro Jardim Umuarama - 38.408-144 - Uberlândia - MG

convocando a emergência do sujeito e oferecendo um espaço para o acolhimento da angústia e do sofrimento que, por vezes, são desconsiderados.

CAPÍTULO 4

Afinal, (d) o que se trata no autismo?

Ao longo do percurso desta pesquisa, nosso mote central foi investigar aquilo que parece ter sido encoberto pela insígnia do significante “autismo”, isto é, a existência do sujeito. A partir de uma crítica ao modo tradicional de se abordar o tema do autismo, no campo da ciência, operamos todo um trabalho teórico que buscou enfatizar a necessidade de uma abordagem ética e de um lugar de escuta para pessoas autistas. Neste caminho, colocamos em xeque até mesmo a leitura que se opera da noção de sujeito no campo da psicanálise, para reafirmar sua pertinência na dimensão dos fenômenos de linguagem presentes no autismo.

Deste modo, neste ponto da pesquisa, cabe nos perguntar que efeitos foram produzidos ao colocarmos todos estes elementos a trabalho. Acreditamos que tais efeitos podem ser abordados por meio da questão que apresentamos no título deste capítulo: “Afinal, (d) o que se trata no autismo?”. É basicamente em nome desta questão que viemos trabalhando. Orientados por ela, buscaremos abordar de forma retomada o que nos foi possível apreender em relação ao que é o autismo, e o que há para ser tratado nele em uma dimensão clínico-terapêutica.

Todavia, por mais que o modo com o qual a questão é formulada faça parecer que sim, nosso objetivo não é trazer respostas fechadas, mas uma discussão acerca dos efeitos que se produzem, por meio do uso deste significante, tanto para o sujeito quanto para a cultura. Articular-se-á, para isto, duas frentes de análise: a da dimensão imaginária de significado que o significante “autismo” porta no discurso; e a dos desdobramentos deste significado no plano da dimensão subjetiva - daquele que experiencia esta condição.

4.1. Do imaginário do significado ao sujeito do inconsciente

Dentre os diversos elementos trabalhados, o primeiro ponto que destacaremos é que o autismo já é, em si, uma forma de tratar algo. Algo que é da ordem do insuportável, algo para o

qual o sujeito deve lançar mão das mais diversas invenções para se sustentar. No autismo trata-se, acima de tudo, de uma posição subjetiva frente a um mundo, diante do qual, o sujeito se sente ameaçado em função de uma angústia primordial que opera em primeiro plano em sua existência e que mobiliza todo um repertório de crises e isolamento. Seu próprio páthos, como a dimensão de sofrimento que atravessa todo ser, se faz evidenciar no modo com o qual o sujeito se põe a lidar com aquilo que o ameaça constantemente.

Inevitavelmente, a existência de uma extensão de danos materiais que acompanha a experiência de afetação (a dimensão única em que se opera o autismo de cada um) e coloca o sujeito em contato com a condição intransponível do desamparo, também está presente no autismo e se reporta ao seu índice patológico, o qual se faz capturado pelo discurso da ciência. Todavia, um ponto central que viemos trabalhando é o fato de que a presença destes danos é o que ganha foco exclusivo na abordagem do autismo enquanto algo que precisa ser tratado.

A convicção reducionista de que há uma disfunção biológica em jogo exclui a possibilidade de subjetivação e, ao mesmo tempo, positiva o autismo, elevando-o a um status de “vida própria”: a pessoa autista passa a ser apreendida como sendo o próprio autismo! É o que se reflete, por exemplo, no modo como os temas do suicídio, da ideação suicida, dos comportamentos auto-lesivos e dos problemas de saúde mental, trabalhados no início desta pesquisa, se tornam “pouco compreendidos ou pouco pesquisados no autismo” (Cassidy et al. 2018).

A tomada em primeiro plano deste índice patológico qualifica o que McGuire (2016) nomeou de lógica cultural de violência, quando se observa a palavra “autismo” articulada discursivamente à preposição “com”. Para a autora, a fraseologia “vida com autismo” frequentemente utilizada em manchetes de jornais, estudos científicos e programas de televisão se tornou a catalizadora de um mecanismo discursivo em que a pessoa autista é alocada a lugar

menos importante em relação à positividade do autismo enquanto uma condição com a qual se vive. Isto, na medida em que, “viver com autismo” passa a se referir não a uma experiência individual, mas à confirmação ou não de um índice de características que definem e localizam a condição em uma espécie de imaginário social.

A crítica de McGuire (2016) focaliza, assim, nos termos de nosso estudo, a anulação do sujeito em função do significante que passa a substituí-lo no interior do discurso. Dizemos *substituir* e não *representar* pois, como vimos em Camm-Crosbie et al. (2018), a falta de especialização *em autismo* é um elemento que, entre outras razões, parece vir paralisando a rede de atendimento e apoio para pessoas autistas com problemas de saúde mental, ideações e tentativas de suicídio no Reino Unido. O significado imaginário deste significante parece ter sido investido a tal modo que o silenciamento do sujeito e de sua existência para além do autismo se tornam operáveis. A falta de conhecimento especializado nesta área passa a justificar o não acolhimento a uma pessoa em sofrimento e desamparo.

É o que podemos apreender, também, em relação ao que Runswick-Cole (2016) se refere ao dizer que “o autismo roubou seu filho!”. Nomeado o seu *handicap*, toda uma dimensão de existência pode ser ferozmente remetida a esta nova categoria de realidade (o diagnóstico de autismo e tudo o que lhe define), roubando o lugar que o sujeito ocupa ao vivenciar e singularizar sua própria existência. A posição subjetiva que mobiliza o repertório de “comportamentos autísticos”, enquanto uma saída, se torna dispensável em sua apreensão fenomenológica, tornando-se reduzida a padrões sintomáticos que têm suas causas teorizadas, rastreadas e finalmente associadas a uma única categoria de realidade – a biologia do comportamento e da patologia.

É neste sentido que o emprego da leitura de sujeito no campo dos autismos se apresenta não só como um modo de fazer psicanálise, mas, fundamentalmente, de operar a ética

necessária na abordagem do sofrimento humano. Se, a princípio, identificamos que há a necessidade de esgarçamento de seu estatuto conceitual, posteriormente verificamos que esta leitura se mostra de extrema pertinência, uma vez que se direciona para o que há de singular sendo operado em um campo de movimentos. Estes são os termos que tornam possíveis acolher a angústia em curso e dar vez ao surgimento de um efeito que é resultado de uma construção árdua - o segundo ponto que destacaremos aqui. O sujeito é efeito de uma construção árdua no autismo, e o seu processo de constituição está intrinsecamente relacionado à sua dimensão de sofrimento psíquico e ao que há para ser tratado no autismo. É o que demonstra Bialer (2014), ao trabalhar com a noção de *estratégias de (auto) tratamento do autista*.

Em sua discussão, Bialer (2014) coloca em evidência o trabalho do autista posto em ato em suas estereotípias, automatismos e ecolalias, os quais por mais sem relevância que possam parecer aos olhos dos mais desavisados, enfatiza a autora, para o autista possuem uma extrema importância psíquica. A partir do que foi trabalhado no capítulo anterior, em relação ao gozo que invade o campo do vivente, mas que não se faz escoado pela via do significante no autismo, encontramos em Bialer (2014), a defesa de uma necessidade de se considerar as estratégias criadas por estes sujeitos como formas de *autotratamento do gozo*, por meio do investimento nas bordas:

(...) O apoio alienante em um objeto-borda pode ser uma resposta necessária, vital para a saída do autista do fechamento autístico. É com base no investimento nas bordas de um objeto e/ ou de um duplo que o autista pode inventar seu objeto-apêndice no qual se localiza o gozo transbordante. É importante ressaltar que tal investimento permite situar um gozo que, ilimitado, debordante, é extremamente ameaçador para o autista. A localização do gozo em um objeto-borda permite ao autista uma relação de controle em relação à própria economia de gozo, fixando o gozo, que outrora era totalmente ameaçador, e possibilitando ao autista novas soluções para se relacionar com o próprio gozo (Bialer, 2014, p. 154).

Por meio do investimento nas bordas, salienta Bialer (2014), a construção do objeto-borda e do outro-duplo-borda pode permitir ao autista concretizar uma estratégia autística para

incorporar um traço, uma característica do outro. Para a autora, isto se dá por meio de uma identificação imaginária desse outro e da extração de um objeto-gozo desse outro.

Neste ponto cabe retomar uma importante consideração feita por Maleval (2018), ao apresentar uma vinheta clínica que fala sobre uma criança autista de dez anos que, conforme sua terapeuta, “vivia todas as relações no abandono de sua identidade e na fusão com a outra pessoa”:

(...) ‘O que é que a Mira prefere?’ [...] até mesmo no sofrimento ele recusava qualquer responsabilidade. Ele gritava, chorava, e era necessário ser um fino detetive para descobrir do que ele sofria. Ele nunca informava. Repetia frequentemente: A Mira tem que decidir pelo Peter. Isto faz bem para ele? Deixa ele mais à vontade (Rothenberg, 1979, p.277-279, como citado em Maleval, 2018, p.30).

Para Maleval (2018) esta vinheta clínica evidencia particularmente que o tratamento da falta é recolocado na borda, protegendo o sujeito de arriscar a envolver seu desejo. Ora, considerando o investimento do autista em suas estratégias de borda, utilizadas de forma singular por cada um, torna-se possível formular que a borda é uma forma de operar a castração simbólica. Nosso estudo parece ter nos conduzido a este ponto, e acreditamos ser possível neste momento, ao menos sustentar a operacionalidade desta proposição.

Como demonstra Bialer (2015), ao fazer o estudo de duas autobiografias de Birger Sellin - autista alemão, de alto funcionamento, que permaneceu dos dois aos 17 anos em um quadro de autismo clássico, tendo, também, sido diagnosticado como débil mental - os autistas criam estratégias valiosas que se configuram como modalidades de tratamento da energia em excesso que os invade e que não se faz escoada pela via do significante. Conforme a autora, por meio da escrita, Sellin realiza um intenso trabalho psíquico em busca de estratégias que lhe permitam tratar o gozo invasivo, a angústia, o medo, a agitação e o isolamento autísticos:

(...) É interessante enfatizar a presença, nas duas autobiografias de Birger, de um intenso trabalho psíquico para pensar a si mesmo, particularmente o ser-autista, concretizando uma descrição e explicação das suas singularidades, dos seus modos de defesa e das suas principais angústias. (...) [A] estória, escrita no final da sua segunda

autobiografia, dá-nos indícios de um interessante percurso realizado por Birger, que não está mais brigando tão violentamente com a estrangeirice ou com as manifestações bizarras do seu comportamento, mas aceitando cordialmente uma solução de acolhimento da sintomatologia, o que nos indica seu caminho curativo pela escrita que trata “a alma sozinha” (p.224) e lhe permite obter uma relação mais conciliatória com as suas manifestações autísticas (Bialer, 2015, p.225).

Como ainda nota Bialer (2015), nos momentos em que Birger não consegue escrever, apesar da intensa vontade de encontrar os caminhos para se expressar, ele é tomado por uma solidão que o impede de se levantar de seu “caixão” como se houvesse dentro dele um muro “rude e confuso” ou “alguma coisa que obstrui com veemência o caminho em direção ao exterior” (Sellin, 1988, p.96, como citado em Bialer, 2015, p. 228):

(...) Se, por um lado, o pensamento se perdia no caminho até ele ser expresso oralmente, quando Birger recorria à escrita, ele conseguia manter a conexão entre o pensamento e sua expressão. Neste sentido, a escrita lhe permite organizar seus pensamentos, deixando de serem perdidos ao longo do caminho: os pensamentos que ficavam soltos por não estarem crochitados pelo significante-mestre podiam, deste modo, ser encadeados através do processo de escrever. Ao colocar em palavras, Birger aponta poder sistematizar este fluxo de ideias e se sentir aliviado do “caos de pensamento” (p.103) (Bialer, 2015, p.229).

Este exemplo, em particular, pode ser pensado em termos de uma homologia de estrutura com o processo de constituição do falante, como um modo de operar a castração. O corte no gozo excessivo que invade Birger se dá por meio do uso inventivo da escrita. O que, na mitologia da subjetividade, poderia ser remetido à metáfora paterna ou ao S_2 que opera o corte no gozo desenfreado, característica essencial da relação alienante entre a mãe e o bebê. A falta que resulta desta operação, que no caso do falante é tratada por meio da busca eterna e metonímica da saturação do desejo, no caso do autismo, se dá por meio das diversas, constantes e necessárias invenções para tratar o gozo. Em Birger, apresenta-se no intenso trabalho psíquico ao escrever.

Não obstante, se falamos da escrita em Birger Sellin, poderíamos falar do uso dos duplos em Donna Williams ou, ainda, dos interesses específicos de Daniel Tammet e Temple Grandin, todas estratégias de investimento nas bordas como modos de tratar um gozo que

excede, viabilizando seu escoamento e o conseqüente tratamento da falta. Além disso, como vimos no capítulo anterior, é possível afirmar que o autista está no Simbólico (que, vale reiterar, não se restringe à cadeia significante), uma vez que se relaciona com o discurso do Outro, mesmo sem se alienar nele. A suposição de sujeito no autismo, esta aposta fundamental, significa, assim, a aposta na suposição de um saber. Saber este que não é da ordem de um Simbólico ordenado pela cadeia significante, mas pelas leis de sobrevivência que o autista cria para se locomover no campo do Outro. Saber que indica uma articulação entre real, simbólico e imaginário na construção de estratégias de defesa e proteção.

Aqui adentramos o segundo viés que nossa questão nos proporciona refletir: o que há para ser tratado no autismo numa dimensão clínico-terapêutica. Resgatando uma característica fundamental do autismo, a de que existe uma dificuldade intrínseca em estabelecer relações com o Outro, podemos admitir, como já o fizemos, que o autismo já é em si um modo de tratar o campo do vivente para que se torne menos ameaçador. Ameaçador em função do gozo que vem deste Outro e que invade o sujeito, se tornando opressivo. Ora, como vimos, o autista cria estratégias para cuidar disto, por meio de suas invenções. Estratégias que não são facilmente exploradas, mas que depõem sobre um intenso trabalho de enfrentamento do sofrimento psíquico em jogo.

Neste sentido, Souza (2011) retoma as principais construções teóricas do casal Lefort de *Nascimento do Outro* (1980) à *Distinção do Autismo* (2003), em que os autores se centraram no tratamento de sujeitos para os quais não existe o Outro, o que equivale a dizer, no modo como esta assertiva é trabalhada, que há um Outro em excesso e sem furo: “Este *não há Outro* indica um há Outro no seu estatuto Real, ou seja, para o sujeito autista tudo é Real, já que a operação de ausência /presença, como inscrição simbólica não opera” (Souza, 2011, p.53). Deste modo, como foi apontado no capítulo anterior, uma psicanálise orientada para o

Real se direcionará para a construção deste grande Outro como furado, barrado, associado à sua desconstrução enquanto excesso e invasão.

Maleval (2012), ao expor a revolta de Donna Williams em presença de certas técnicas educativas, nos conduz a apreender como o tratamento do autismo, quando focado exclusivamente em técnicas de aprendizagem ou modelagem do comportamento, pode se configurar como uma experiência traumatizante para o autista, inviabilizando ainda mais o acesso ao seu campo e a consequente construção do grande Outro como furado. O autor expõe a fala de Williams diante de uma cena que presenciou nos anos 1990, durante um estágio em uma casa especializada em crianças com dificuldades na Austrália. Donna Williams observou dois educadores devotados no seu trabalho com uma criança autista. Em suas palavras:

Eu estava doente, escreve, de tanto vê-los invadir seu espaço pessoal com seus corpos, sua respiração, seus odores, seus risos, seus movimentos e seus barulhos. Praticamente loucos, eles agitavam chocalhos e objetos diante dela como dois feiticeiros super devotados querendo exorcizar o autismo. (...) Se eles pudessem utilizar uma alavanca para forçar a abertura de sua alma e empanturrá-la “do mundo”, eles teriam feito, sem dúvida, sem mesmo reconhecer a morte de sua paciente sobre a mesa de cirurgia. A menininha gritava e se balançava, tapava as orelhas com os braços para amortecer o barulho e entortava os olhos para ocultar a matracagem da explosão visual. *Eu observava essas pessoas, desejando que conhecessem, elas também, o inferno dos sentidos. Observava a tortura de uma vítima que não podia se defender numa linguagem compreensiva.* (...) Esses cirurgiões operavam com ferramentas de jardinagem e sem anestesia (Williams, 1994, p.38-39, como citado em Maleval, 2012, p.3, grifos nossos).

O tratamento do Outro numa dimensão clínico-terapêutica requer, fundamentalmente, auxiliar o sujeito na construção daquilo que lhe é fundamental, sendo o clínico aquele quem ocupará o lugar deste Outro na transferência. Um Outro não invasivo, um Outro que acolhe e escuta o sofrimento em curso, acompanhando o processo de trabalho e constituição do sujeito. O excerto acima, entretanto, é um claro exemplo de uma situação em que o autista poderá ter suas expectativas em relação ao Outro confirmadas frente a este ataque virulento.

Como registra Bialer (2014), na relação do analista com o autista, trata-se de uma posição de parceiro, auxiliando o autista nas suas criações de autotratamento do gozo

debordante pelo investimento nas bordas. Neste contexto, a autora destaca que o foco da relação com o analista deve ser colocado na sua presença marcada pelo desejo, por um saber não totalitário e por um corpo faltante:

(...) O analista pode favorecer o tratamento do autista ao auxiliar as soluções singulares que cada autista inventa, ocupando o lugar de um duplo não demasiadamente presente, mas que pode fazer barreira ao gozo em excesso quando necessário. Trata-se, pois, de uma presença dócil, não invasiva, mas capaz de atos de limitação do gozo invasivo. (...) auxiliar o autista a desenvolver estratégias de compensação da não regulação do gozo pela linguagem da qual decorre sua necessidade de investimento sobre as bordas para a criação de invenções singulares, autoterapêuticas (Bialer, 2014, p.155).

Fazer barreira ao gozo em excesso, quando necessário, é outro ponto destacável a propósito de nossa formulação sobre a castração simbólica no autismo. Se os recursos inventivos do autista não forem, no momento, suficientes para darem conta do gozo que excede, o analista no lugar deste Outro que se constrói como barrado, operará o corte necessário e auxiliará o sujeito no tratamento da falta, a partir do próprio ordenamento simbólico ao qual o sujeito está remetido.

Bialer (2014) é, também, enfática ao lembrar que a prevalência da recusa da linguagem significativa no autismo é uma estratégia defensiva, uma recusa à alienação plena ao Outro da linguagem, este Outro que invade e ameaça. No entanto, como demonstrou Maleval (2018), por meio do estudo das esporádicas enunciações marcadas de gozo que irrompem com angústia marcante, o autista tem acesso a este campo de linguagem significativa, embora se estruture justamente na recusa dela. É o que identificou o autor como sendo uma das principais características da estrutura autística: uma alienação retida que se opera sem a dobradiça do significante mestre.

Neste contexto, voltamos a um ponto já destacado. A leitura de sujeito no campo dos autismos focaliza efeitos de um árduo trabalho ao qual o autista se engaja. As esquisitices e os “comportamentos autísticos” que são frequentemente tomados como pontos a serem tratados, são apreendidos aqui como aquilo que se produz enquanto uma insistência, e que colocam em

ato um trabalho psíquico – trabalho este cujas produções nos remetem aos efeitos de sujeito no autismo. Trata-se do que nos contam os autistas de alto funcionamento que conseguem precisar suas experiências, das quais extraímos os valiosos testemunhos daqueles que “se viraram” com sua condição, operando a partir de seu sofrimento.

É destacável, por exemplo, o sofrimento em curso descrito por estes sujeitos no que diz respeito ao isolamento autístico e a dificuldade enfrentada, na criação de estratégias para deixá-lo. No caso de Birger Sellin, registra Bialer (2015), operou-se uma aposta na escrita como uma invenção:

(...)Ao contrário, o encapsulamento autístico é o lugar de um “caos íntimo de um horror inigualável” (p.60), mas romper este encapsulamento envolve um “combate contra si mesmo” (p.60) para sair “da eterna solidão” (p.60) e da sua prisão interior. Uma vez que a fala lhe é inacessível, Birger precisa enfrentar permanentemente “forças defensivas e de recusa” (p.63) para poder sair deste “país-de-ninguém” (p.97) por meio de sua escrita (Bialer, 2015, p.224).

Este é um dos exemplos que demonstram que em cada caso, no detalhe mais específico do quadro, há o que torna singular a experiência do dito autista. Experiência que tem em si grandes dificuldades carregadas de sofrimento, confusão e angústia, mas que também revelam preciosos marcos do que significa existir, se relacionar com outras pessoas e produzir algo único com isto. A psicanálise pode contribuir para o tratamento de autistas, é o que Castro (2018) enfatiza ao afirmar que o autismo não é uma doença, mas um modo de estar no mundo. Como registra a autora, a psicanálise recusa a ideia de normalidade, considerando o homem normal uma ficção estatística. Logo, não sendo uma doença, não se deve procurar a cura, mas formas de tratamento que ofereçam melhores condições de vida, mesmo que subjetiva, no caso da psicanálise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ir em busca do estatuto do sujeito no manejo do sofrimento, da apreensão de suas formas de se posicionar na linguagem e em sua realidade psíquica é o que guia a leitura psicanalítica dos fenômenos no autismo. Neste trabalho nossa proposta fundamental foi pensar a existência e a constituição do sujeito, pela via do sofrimento, implicado na lógica que parece haver nos modos de agir e de se colocar no mundo para cada pessoa autista.

Foi pela via do sofrimento no autismo que nos implicamos com o tema de nosso trabalho. Sofrimento que parece não ser tomado como algo a ser acolhido e escutado, mas que se vê diluído até o ponto de sua negação/anulação, no contexto de um discurso dominante, que assume para si os meios legítimos de se investigar aquilo que se toma como um problema. As investigações acerca do tema das mortes prematuras por suicídio no âmbito do autismo, com as quais tivemos contato no início de nosso percurso, se configuraram como elementos decisivos para que se operasse esta pesquisa, uma vez que tocaram o pesquisador, a ponto de causar o seu desejo e implicá-lo neste empreendimento.

Observou-se, fundamentalmente, que a negação do sofrimento psíquico no autismo, presente, de forma implícita, no modo com o qual vem sendo historicamente apreendido em uma dimensão cultural, caminha a *pari passu* com a própria anulação daquilo compreendemos ser uma dimensão essencial da vida humana – a dimensão subjetiva. A partir disto, a leitura de sujeito com a qual operamos, o sujeito do inconsciente, evanescente, que se remete entre significantes e emerge como puro efeito de linguagem, foi desafiada.

O desafio fundamental foi aproximar esta leitura a um campo no qual a linguagem, muitas vezes, não é utilizada com a finalidade da comunicação. Nossa principal estratégia foi tomar as manifestações sintomáticas no autismo em um campo propriamente significativo, isto

é, como gramáticas de um discurso em que o sujeito se manifesta naquilo que se produz enquanto modalizações e insistências.

Percorremos os comentários de muitos autores que se dedicaram a estudar a perturbação da linguagem no autismo e, deste material, foi possível extrair a tese de que, no autismo, o sujeito é um efeito que se constitui de forma extremamente árdua e que, para identificá-lo, faz-se necessária uma fina leitura. Na base das formulações que fundaram esta proposição norteadora encontram-se menos elementos relacionados ao que se diz e se produz enquanto um saber sobre o “autismo”, e mais aquilo que, de fato, orientou nossa atenção: o que as pessoas autistas têm a dizer sobre si, sobre suas formas de se colocar no mundo e de viver sua dor.

A leitura dos fenômenos de sujeito buscou incluir e apreender estes pontos em torno do que foi tomado como uma lógica por trás de todo o repertório de sinais e sintomas que localizam a condição autística no campo das psicopatologias. Para operar esta leitura foi necessário que assumíssemos, essencialmente, que no autismo trata-se de uma posição subjetiva. Que a dimensão da linguagem, como um campo de movimentos, abriga não só a possibilidade da emergência do sujeito na relação entre os significantes que se articulam no discurso, mas, também, a emergência de um sujeito que se constitui a partir do trabalho árduo que lhe é exigido para que se mantenha vivo e seguro frente à ameaça constante de desestabilização e de invasão por parte do Outro. A lida incessante com tais dificuldades é o ponto central que orientou nossas formulações para o que seria, então, o ciframento da relação do sujeito com a alteridade no autismo.

Não queremos, com isto, contrapor duas posições possíveis de emergência do sujeito, mas reafirmar a pertinência desta leitura no âmbito do autismo, na medida em que nossa pesquisa se coloca como um esforço de sustentar que a consideração do sujeito no autismo,

além de ser uma proposição que carrega desdobramentos políticos e éticos, é algo que pode ser fundamentado epistemologicamente. Trata-se de uma aposta que é guiada pela suposição de saber contida no que o autista tem a ensinar sobre o seu modo de estar no mundo.

É neste sentido que a inconsistência estrutural do Outro se coloca em posição homóloga a este lugar vazado da verdade do sujeito que não está contido no Outro, pela impossibilidade lógica de abrigar um significante último que encerre o saber sobre o sujeito. Se o Outro só pode indicar pistas da verdade do sujeito, lugares por onde ela passa, ela não está em outro lugar senão nos restos que se produzem da articulação do sujeito no campo do Outro. É este movimento de articulação que coloca em evidência aquilo que causa o sujeito e o põe a trabalho.

Nossa pesquisa não encerra a questão da existência do sujeito no autismo, mas por meio dela foi possível percorrer a trilha de operadores teóricos fundamentados historicamente para pensar a possibilidade e a necessidade operacional da proposição que fizemos. Não é um consenso entre clínicos e teóricos a existência do sujeito do inconsciente no autismo, tendo em vista a apreensão de um fenômeno fundamental que diz respeito às marcas do S_1 que opera sozinho no ser. O que se coloca em questão, de modo essencial, é o problema da não existência do Outro, isto é, do ser sem o Outro, o que pode ser resumido na questão: Como pensar a existência de um sujeito que não se alienou no Outro, se é de lá mesmo que é determinado?

Assumimos, a partir dos comentários de autores específicos, que o autismo não está no campo das psicoses, mesmo que compartilhe com o sujeito psicótico, características homólogas em seu modo de estar na linguagem, como a ausência de enodamento pelo significante paterno (S_2). A partir disto fomos em busca de novas perspectivas e possibilidades de leitura do que se opera a partir do sofrimento que afeta o vivente. Foi daí que começamos a estender a leitura dos fenômenos de sujeito e tomamos esta aposta como central em nosso trabalho, buscando

sustentá-la não só a partir daquilo que fundamenta este operador no campo da psicanálise, mas a partir do que os próprios autistas têm a nos ensinar com seus escritos e relatos autobiográficos.

Depurou-se, para nós, que trabalho do sujeito no autismo é aquilo que toma para si a legitimidade desta designação, pois coloca em evidência o modo como o vivente, ao ser afetado, se põe a trabalho para se manter vivo. Trata-se de uma lida constante, muitas vezes acompanhada de dificuldades que podem se colocar no plano de questões biológicas, mas que não negam o essencial do encontro singular do sujeito com um universo de linguagem que encontra resistência em ser simbolizado.

Se a existência do sujeito do inconsciente é uma aposta por meio da qual busca-se, em análise, seus efeitos na cadeia discursiva em que a fala vai dando sinais vazados de sua localização, a existência deste mesmo sujeito pode ser buscada no autismo, talvez não na fala oralizada, mas nas inúmeras formas de se fazer com a linguagem. É o que podemos observar se tomarmos as manifestações do autismo em um campo propriamente significante. Neste sentido, o que se apreende nos termos de uma estrutura autística é, essencialmente, os modos com os quais o sujeito vai operando articulações mínimas para se sustentar na experiência do Outro.

Foi da definição magistral de Lacan, de que um sujeito é aquilo que um significante representa para outro significante, que partimos para analisar todo um conjunto de fenômenos que parecem se remeter a uma questão central a qual nosso estudo parece ter nos conduzido, a saber: no autismo a lógica que fundamenta a constituição do sujeito e sua entrada no campo da linguagem parece não se contemplar, mas isto não impede que o sujeito se constitua no intervalo longo que se estende do real a alguma forma possível de alienação. O efeito de sujeito não surge como uma resposta em meio à cadeia significante em que o ser se aliena no discurso do Outro para, em seguida, se separar. O sujeito no autismo parece se constituir na transição

que vai se operando do real à formas possíveis de alienação, à formas possíveis de se articular no simbólico. Da ausência do Outro às mais variadas possibilidades de se articular nele, podendo mesmo buscar uma forma de alienação.

É um grande desafio pensar por meio desta perspectiva, pois isto coloca em discussão toda uma nova forma de apreender como o ser se faz atravessado pela linguagem, podendo constituir um sujeito que resiste ao Outro com toda sua força. Mas é uma proposição legítima que precisa ser melhor investigada e aprofundada, pois a existência do sujeito é uma aposta orientadora, cujos elementos que a sustentam se encontram nas marcas do ser, da falta a ser e da angústia frente ao real do desamparo a que todo ser humano está submetido. Tais elementos transcrevem a experiência do *páthos* como aquilo que não vai ser encontrado, inteiramente, no Outro, mas somente no campo do vivente. Uma vez que, só sofre quem está vivo.

REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association (2013). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5. São Paulo: *Artmed*.
- Abreu, D.N. (2017). Psicopatologia e soluções identitárias: efeito das reconfigurações do imaginário na contemporaneidade. *Revista Asephallus de Orientação Lacaniana*, 12(4), pp.113-122. Recuperado de <https://doi.org/10.17852/1809-709x.2019v12n24p113-122>
- Barroso, S. F. (2020). O autismo como uma estrutura clínica. In: A. Teixeira, M. Rosa (Orgs.), *Psicopatologia Lacaniana, Volume 2: Nosologia* (pp: 217-236), Belo Horizonte: Autêntica.
- Bernardino, L.M.F. (1999). O que uma analista e um autista podem aprender com Hamlet. *Estilos da clínica*, ano 7. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v4i7p18-29>
- Bialer, M. (2014). Algumas estratégias de (auto) tratamento do autista. *Estilos da Clínica*, 19(1), 150-162. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i1p150-162>
- Bialer, M. (2015). A escrita terapêutica no autismo. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund*, 18(2), 221-233. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2015v18n2p221.3>
- Bialer, M. (2017). *Autobiografias no autismo*. São Paulo: Toro Editora.
- Bowker, A., D'Angelo, N. M., Hicks, R., & Wells, K. (2011). Treatments for autism: parental choices and perceptions of change. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 41(10), 1373-1382. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s10803-010-1164-y>
- Camm-Crosbie, L., Bradley, L., Shaw, R., Baron-Cohen, S., and Cassidy, S. (2018). ‘People like me don’t get support’: Autistic adults’ experiences of support and treatment for mental health difficulties, self-injury and suicidality. *Autism*. 00(0). Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1362361318816053>
- Cassidy, S., Bradley, P., Robinson, J., Allison, C., McHugh, M., and Baron-Cohen, S. (2014). Suicidal ideation and suicide plans or attempts in adults with Asperger’s syndrome attending a specialist diagnostic clinic: a clinical cohort study. *The Lancet Psychiatry*, 1(2), 142-147. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(14\)70248-2](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(14)70248-2)
- Cassidy, S., Bradley, L., Shawn, R., and Baron-Cohen, S. (2018). Risk makers for suicidality in autistic adults. *Molecular Autism*, 9(1), 42. Recuperado de <https://doi.org/10.1186/s13229-018-0226-4>
- Cassidy, S., and Rodgers, J. (2017). Understanding and prevention of suicide in autism. *The Lancet Psychiatry*, 4(6), 11. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(17\)30162-1](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(17)30162-1)
- Dockhorn, C. N. B. F. & Macedo, M. M. K. (2015) Estratégia Clínico-Interpretativa: Um Recurso à Pesquisa Psicanalítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* v.31, n.4, p. 529-535, 2015. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0102-37722015042473529535>
- Easter Seals (2008). ‘Easter seals study sheds new light on parents’ life-long fears, anxieties and critical supports needed to raise a child with autism. [Comunicado de imprensa]

- Recuperado de www.easterseals.com/site/PageServer?pagename=ntl_pr_autism_study. Acesso em: 06/06/2019.
- Elia, L. (2012). Autismo e segregação. *A peste*, v.4, n.1, p. 55-64. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/a peste/article/view/22105/16214>
- Faria, M.R. (2017). Prefácio. In: M. Bialer. *Autobiografias no autismo* (pp.13-21). São Paulo: Toro Editora.
- Figueiredo, I.P. (2020). A inconsistência do Outro e a impossibilidade de universo do discurso no campo laciano. *Stylus Revista de Psicanálise*, 39, pp.63-74. Recuperado de <https://doi.org/10.31683/stylus.vi39.476>
- Freehling, A. (2001). Living with autism: Disorder disconnects kids from the world. Daily Press, 18 February. Recuperado de http://articles.dailypress.com/2001-02-18/news/0102150192_1_raleigh-s-mother-secretin-gel. Acessado em 06/06/2019.
- Freud, S. (1930/2018). O Mal-estar na civilização. In: S. Freud. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos* (1930-1936) (pp.13-122), Trad. Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Hedley, D., and Uljarevic, M. (2018). Systematic review of suicide in autism spectrum disorder: current trends and implications. *Current Developmental Disorders Reports*, 1, 12. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s40474-018-0133-6>
- Hull, L., Petrides, K. V., Allison, C., Smith, P., Baron-Cohen, S. Lai, M-C., and Mandy, W. (2017). “Putting on My Best Normal”: Social camouflaging in adults with autism spectrum conditions. *Journal of Autism Developmental Disorder*, 47(8), 2519-2534. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s10803-017-3166-5>
- Jerusalinsky, A. (2010). Considerações preliminares a todo tratamento possível do autismo. *Psicol. Argum.*, 28(61), pp.121-125. Recuperado de <https://doi.org/10.7213/rpa.v28i61.19695>
- Kanner, L. (1943). Autistic Disturbances of Affective Contact. *Nervous Child*, 2(3): 217-230. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000151&pid=S1413-6538201200020000200027&lng=pt
- Kenny, L., Hattersley, C., Molins, B., Buckley, C., Povey, C., and Pellicano, E. (2016). Which terms should be used to describe autism? Perspectives from the UK autism Community. *Autism*, 20(4), 442-462. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1362361315588200>
- Lacan, J. (1968/1969). *O Seminário, Livro 16 – de um Outro ao outro*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- Laurent, É. (2014). *A batalha do autismo – Da clínica à política*. (C. Berliner, trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Laurent, É. (2008). Uma psicanálise orientada para o real. (M.R. de Guimarães, trad.). Texto extraído de *Carretel, Psicoanálisis com niños*, n.8. Recuperado de <http://almanaquepsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Uma-psican%C3%A1lise-orientada-para-o-real1.pdf>

- Laznik, M.-C. (2013). *A hora e a vez do bebê*. (E.P. Oliveira, trad.). São Paulo: Langage.
- Lefort, R.; Lefort, R. (2017). *A Distinção do autismo*. (A. L. Santiago e C. Vidigal, trad.). Belo Horizonte: Relicário Edições. (Trabalho original publicado em 2003).
- Maleval, J.-C. (2012). Escutem os autistas! *Lacan Quotidien*, 155, (R. Maya, trad.).
- Maleval, J.-C. (2015). Porque a hipótese de uma estrutura autística? *Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, 18, 1-40. Recuperado de http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_18/Por_que_a_hipotesede_uma_estrutura_autistica.pdf
- Maleval, J.-C. (2018). Da estrutura autista. *Revista Asephallus de Orientação Lacaniana*, 13(26), 4-38. Recuperado de <https://doi.org/10.17852/1809-709x.2019v13n26p4-38>
- Maleval, J.-C. (2020). Sobre a alienação retida no autismo. *Arq. Bras. psicol.* [online], 72(1), 8-24. Doi: <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2020v72i2p.8-24>.
- Martins, F. (1999) O que é pathos? *Rer. Latinoam. Psicop. Fund*, v.11, n.4, p.62-80. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1415-47141999004005>
- McGuire, A. (2016). Life without autism: A cultural logic of violence. In: K. Runswick-Cole, R. Mallet, and S. Timimi (Eds.), *Re-Thinking Autism: Diagnosis, Identity and Equality* (pp. 93-109) London; Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers.
- Pena, B.F., Silva, R.D.C. (2018). O Outro no ensino lacaniano: algumas considerações. *Estudos de Psicanálise*, 49, pp.81-90. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n49/n49a07.pdf>
- Quinet, A. (2009/2010). *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rodrigues, A.P.B., Caldas, H. (2012). A inconsistência lógica do outro ou o “espírito da psicanálise”. *Revista Affectio Societatis*, 9(17), pp2-11.
- Runswick-Cole, K. (2016). Understanding this thing called autismo. In: K. Runswick-Cole, R. Mallet, and S. Timimi (Eds.), *Re-Thinking Autism: Diagnosis, Identity and Equality* (pp. 19-29) London; Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers.
- Runswick-Cole, K. Mallet, R. & Timimi, S. (Eds.) (2016). *Re-Thinking Autism: Diagnosis, Identity and Equality*, London; Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers.
- Sales, L.S. (2010). A falta no Outro como subversão da estrutura. *Psicologia em Estudo*, 15(1), pp.197-203. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000100021>
- Santiago, A.L. (2017). Apresentação. In: R. e R. Lefort, *A distinção do autismo* (pp.7-10), Belo Horizonte: Relicário Edições.
- Serges, M. and Rawana, J. (2014). What do we know about suicidality in autism spectrum disorders? A systematic review. *Autism Research*, 7, 507-521. Recuperado de <https://doi.org/10.1002/aur.1375>

- Silva, L.C. (2017). *O estatuto do Outro no pensamento de Jacques Lacan*. (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF, Brasília.
- Soler, C. (2004). *A querela dos diagnósticos* (C. A. A. Oliveira, E. T. Fingermann trads.) São Paulo: Blucher, 2018.
- Souza, L.C. (2011). Considerações psicanalíticas sobre o tratamento do outro no autismo. *Estilos da clínica*, 16(1), pp.52-65. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v16i1p52-65>
- Veenstra-VanderWeele, J. (2018). Recognizing the problem of suicidality in autism spectrum disorder. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, v.57, n.5. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2018.03.003>
- Vilanova, A. e Vieira, M. (2014). O Sujeito da psicanálise não é sem corpo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v.66, n.1. Recuperado de
- Vorcaro, A. M. R. e Lucero, A. (2010). Entre real, simbólico e imaginário: Leituras do autismo. *Psicol. Argum*, 28(61), 147-157. Recuperado de <https://doi.org/10.7213/rpa.v28i61.19839>
- Williams, D. (1992/2012). *Meu mundo misterioso: testemunho excepcional de uma jovem autista*. (T.B. Santos, trad.) Brasília, Thesaurus.
- Winfrey, O. (2007) 'Living with autism.' *The Oprah Winfrey Show* [Programa Televisivo]. Disponível em: www.oprah.com/world/Living-with-Autism. Acesso em: 07/06/2019.
- Zahid, S., and Upthegrove, R. (2017). Suicidality in autistic spectrum disorders: a systematic review. *Crisis*, 38(4), 237-246. Recuperado de <https://doi.org/10.1027/0227-5910/a000458>